



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
UNIDADE ACADÊMICA DE DIREITO
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

COSMA CALDAS DE FIGUEIREDO

**AS MULHERES E AS CERCAS: A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E DA
POLÍTICA NO ASSENTAMENTO NOVA VIDA I**

SOUSA – PB
2018

COSMA CALDAS DE FIGUEIREDO

**AS MULHERES E AS CERCAS: A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E DA
POLÍTICA NO ASSENTAMENTO NOVA VIDA I**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à coordenação do curso de Serviço Social da Unidade acadêmica de Direito da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, como requisito para obtenção do título de bacharelado em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Ma. Maria Clariça Ribeiro Guimarães

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA NA FONTE
Biblioteca Setorial de Sousa UFCG/CCJS
Bibliotecária – Documentalista: MARLY FELIX DA SILVA – CRB 15/855

F475m Figueiredo, Cosma Caldas de.
As mulheres e as cercas: a divisão sexual do trabalho e da política no assentamento Nova Vida I. / Cosma Caldas de Figueiredo. - Sousa: [s.n], 2018.

86 fl.

Monografia (Curso de Graduação em Serviço Social) – Centro de Ciências Jurídicas e Sociais - CCJS/UFCG, 2018.

Orientadora: Prof.^a Ma. Maria Clariça Ribeiro Guimarães.

1. Gênero/Classe. 2. Luta. 3. Mulher. 4. Participação Política. I. Título.

Biblioteca do CCJS - UFCG

CDU 36:349.2-055.2

COSMA CALDAS DE FIGUEIREDO

**AS MULHERES E AS CERCAS: A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E DA
POLÍTICA NO ASSENTAMENTO NOVA VIDA I**

Aprovado em: 06/03/2018

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof^ª. Ma. Maria Clariça Ribeiro Guimarães
Orientadora

Prof^ª. Ma. Tatiana Raulino de Sousa
Examinadora

Prof^ª. Ma. Larissa Sousa Fernandes
Examinadora

-

-

A todos os mártires da terra, os de ontem e os de hoje.

AGRADECIMENTOS

Ao Deus libertador que se inclinou para escutar o clamor de seu povo e desceu para libertá-lo, agradeço por sua presença protetora e constante em minha vida, concedendo-me força e discernimento em tempos de sonhos e desafios.

Aos meus amados pais Francisco Antônio e Geralda Caldas, homem e mulher do campo, que experimentam na pele o sol causticante do sertão nordestino e nas mãos carregam as marcas dos instrumentos da roça, minha gratidão pela presença de vocês em minha vida, envolvendo-me de amor e cuidado.

Às minhas queridas irmãs Francisca Caldas, Patrícia Caldas, Helânia Caldas, Luciana Caldas, Alyne Caldas, Katiuce Caldas e Maria de Fatima Caldas, agradeço pelo incentivo e a compreensão da minha ausência em momentos importantes para nossa família. Amo vocês!

À Congregação Missionária da Sagrada Família, a que pertencço e na qual sou feliz. Ao fundador Pe. Domingos Cleides, minha gratidão pela confiança e apoio, possibilitando que esse sonho se tornasse realidade. O caminho não foi fácil, sabemos disso, mas foi possível por nossa capacidade de resistir.

“Se caminhar é preciso, caminharemos unidas”. Com essa frase estendo a minha gratidão a todas as minhas coirmãs de Vida Religiosa Consagrada e, de maneira especial, às que nesse período de quatro anos experimentaram mais de perto o desafio de morar e trabalhar com uma freira estudante. Sou muito grata pela compreensão de vocês, nos momentos em que a academia exigia que me afastasse da comunidade missionária e de suas atividades. Especial gratidão a Ir. Josenira (In memoriam), Ir. Marciana e Ir. Maria Lima pelo incentivo e confiança, antes mesmo que eu ingressasse na academia.

Ao casal Lourdes e Dedinho, tios queridos que a vida me presenteou, obrigada pelo carinho, cuidado, acolhida e aconchego na casa de vocês. Sabem o quanto os admiro!

Minha gratidão a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição Aparecida em Aparecida – PB, nas pessoas dos Padres Josinaldo e Antônio Neto, reconheço o incentivo e compreensão nos momentos em que precisei estar ausente das atividades missionárias.

Aos companheiros/as da CPT-Sertão pela partilha de experiências de luta e, pela convivência em alguns assentamentos do Alto Sertão Paraibano. Também agradeço a CAAASP, por me acolher e possibilitar a experiência de estágio supervisionado I. Obrigada!

Minha gratidão às mulheres do assentamento rural Nova Vida I, pela abertura e disponibilidade em contribuir com essa pesquisa, pois com vocês aprendi que a resistência é

um combustível que não pode faltar na vida de uma militante. Viva as mulheres! Viva a sua resistência!

À Alexson Pordeus e Viviane Pires minha profunda gratidão pela valiosa contribuição na realização desse trabalho. Obrigada!

A turma 2017.2, pela amizade construída, envolvida de respeito e cumplicidade, a minha equipe de seminário, Anusia Sarmento, Dayane Ferreira, Fabrícia Andrade, Fernanda Duarte, Fernanda Soares, Márcia Marques e Vinícius Lopes, meu sentimento de estima e gratidão pela força, carinho, amizade e parceria nos estudos. A academia, além de nos proporcionar o conhecimento para vida, também nos presenteia com amigas raras.

Minha gratidão se estende às companheiras do Projeto de Extensão Serviço Social em Movimento: mobilização popular e práticas educativas junto a movimentos sociais e organizações populares. Saibam que foi gratificante partilhar com vocês essa experiência ímpar.

A todos/as professores/as do curso de Serviço Social do CCJS, obrigada pela partilha dos conhecimentos e, por terem sido instrumentos importantes no meu processo de formação.

De maneira especial agradeço a minha querida orientadora Prof^a. Ma. Clariça Ribeiro, por quem tenho profundo carinho e admiração, mulher militante e de capacidade extraordinária. Ainda no 4º Período, quando esse trabalho estava em uma fase “embrionária” (pois havia sido gestado somente nas ideias), o meu coração já te escolhia para ser minha orientadora. Obrigada por compreender as minhas dificuldades e apontar caminhos.

Enfim, minha eterna gratidão a todas as pessoas que contribuíram de forma direta ou indiretamente para essa conquista!

CANTO DOS MÁRTIRES DA TERRA

VENHAM TODOS CANTEMOS UM CANTO
QUE NASCE NA TERRA/
TEMPO NOVO DE PAZ E ESPERANÇA
EM TEMPO DE GUERRA/
NESTE INSTANTE HÁ INOCENTES TOMBANDO
NAS MÃOS DE TIRANOS
TOMAR TERRA, TER LUCROS MATANDO
SÃO ESSES SEUS PLANOS.

**EIS O TEMPO DE GRAÇAS/
EIS O DIA DA LIBERTAÇÃO/
DE CABEÇA ERGUIDAS/
DE BRAÇOS UNIDOS IRMÃOS/
HAVEREMOS DE VER QUALQUER DIA
CHEGANDO A VITÓRIA/
O POVO NAS RUAS FAZENDO A HISTÓRIA/
CRIANÇAS SORRINDO EM TODA NAÇÃO.**

LAVRADORES, RAIMUNDO,
JOSÉ, MARGARIDA, NATIVO,
ASSUMIR SUA LUTA E SEU SONHO POR NÓS É PRECISO/
HAVEREMOS DE HONRAR
TODO AQUELE QUE CAIU LUTANDO/
CONTRA OS MUROS E CERCAS DA MORTE/
JAMAIS RECUANDO.

Ó SENHOR DEUS DA VIDA,
ESCUTE ESTE NOSSO CANTAR
POIS CONTIGO O POVO OPRIMIDO
HÁ DE SEMPRE CONTAR /
PARA ALÉM DA INJURIA E DA MORTE
CONDUZ NOSSA GENTE /
QUE SEU REINO TRIUNFE
NA TERRA DESTE CONTINENTE

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar o processo da divisão sexual do trabalho e da política no âmbito do assentamento rural Nova Vida I, investigando como se estabelecem as relações de poder e dominação e como essas se materializam na vida da mulher assentada, compreendendo a questão a partir do lugar da trabalhadora rural e de sua participação política na luta. O método utilizado foi o crítico dialético, por proporcionar se apropriar do objeto de estudo em suas múltiplas determinações. A pesquisa de campo consistiu na realização de entrevistas semiestruturadas com 05 (cinco) mulheres participantes do processo de luta no Assentamento Nova Vida I. A análise incide sobre as relações que são tecidas no campo, bem como os determinantes que impedem e/ou dificultam a participação das mulheres nas coordenações e diretórias da comunidade. Pela pesquisa foi possível identificar que a participação das mulheres teve um papel fundamental na luta pela terra nas Várzeas de Sousa-PB, mesmo não sendo maioria dentro das equipes de coordenações do acampamento. Igualmente apreendeu-se a forte relação de dominação masculina sobre a mulher seja essa representada na figura do marido ou dos homens coordenadores das organizações populares existentes na comunidade, expressando assim a desigualdade de gênero no assentamento Nova Vida I. Assim, se no espaço privado a mulher percebe a invisibilidade do trabalho doméstico, marcado pela divisão sexual do trabalho, no espaço público as mulheres enfrentam a invisibilidade política que resulta da divisão sexual da política, porém, as mulheres criam estratégias com o intuito de romper com as cercas do patriarcado, machismo e preconceitos que se apresentam tanto dentro de casa como nos espaços de atuação política. Nesse sentido, entende-se a importância da participação das mulheres nos movimentos feministas por esses favorecerem no processo de construção do autocuidado e autonomia das mesmas.

Palavras-chave: Gênero/Classe. Luta. Mulher. Participação Política.

ABSTRACT

The present study aims to analyze the process of the sexual division of labor and politics within the rural settlement Nova Vida I, investigating how power relations and domination are established and how these materialize in the life of the settled woman, understanding the issue from the place of the rural worker and from her political participation in the struggle. The method used was the dialectical critic, because it allowed to appropriate the object of study in its multiple determinations. The field research consisted of semi-structured interviews with 05 (five) women participants in the struggle process in the Settlement Nova Vida I. The analysis focuses on the relationships that are woven in the field, as well as the determinants that impede and / or hinder participation in community coordination and direction. Through the research it was possible to identify that the participation of women played a fundamental role in the struggle for land in the Várzeas de Sousa-PB, even though it was not a majority within the coordination teams of the camp. Likewise, the strong relationship of male domination over women is represented in the figure of the husband or men who coordinate popular organizations in the community, thus expressing the gender inequality in the New Life I settlement. woman realizes the invisibility of domestic work, marked by the sexual division of labor, in the public space women face the political invisibility that results from the sexual division of politics, however, women create strategies with the intention of breaking with the fences of patriarchy, machismo and prejudices that affect both at home and in political spaces. In this sense, it is understood the importance of the participation of women in the feminist movements because they favor in the process of self-care construction and autonomy of the same.

Keywords: Gender/Class. Fight. Woman. Political Participation.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATES	Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental
CCJS	Centro de Ciências Jurídicas e Sociais
CEB's	Comunidades Eclesiais de Base
CONTAG	Conferência Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
COPTERA	Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos da Reforma Agrária da Paraíba Ltda.
CPT	Comissão da Pastoral da Terra
EMEPA	Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba
FETRAF	Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Trabalhadoras Rurais da Agricultura Familiar
IFPB	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAB	Movimento dos Atingidos pela Barragem
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MMTR	Movimento da Mulher Trabalhadora Rural
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
PIVAS	Perímetro Irrigado Várzeas de Sousa
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
STTRS	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Aparecida – PB
SAFER	Sindicato dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais de Sousa – PB
TCU	Tribunal de Contas da União
UFMG	Universidade Federal de Campina Grande
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL: BREVE ESBOÇO	18
2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA POLÍTICA AGRÁRIA NO BRASIL	18
2.2 A LUTA PELA A TERRA: entre o sonho e a realidade.....	24
3 ASSENTAMENTOS RURAIS NO ALTO SERTÃO PARAIBANO: PROCESSO DE CONSCIÊNCIA, FORMAÇÃO E PELEJAS DIÁRIAS	36
3.1 HISTÓRICO DO ASSENTAMENTO NOVA VIDA I E AS MOTIVAÇÕES PARA AS MULHERES PARTICIPAREM DA LUTA.....	36
3.2 A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO ASSENTAMENTO NOVA VIDA I.....	44
4 A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO PROCESSO DE LUTA, RESISTÊNCIA E CONSTRUÇÃO DO ASSENTAMENTO NOVA VIDA I	54
4.1 A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO ESPAÇO DE ORGANIZAÇÃO NO ASSENTAMENTO NOVA VIDA I.....	54
4.2. ENTRE A LIBERDADE E AS CERCAS: os principais entraves presentes no processo de luta do assentamento Nova Vida I que aprisionam as mulheres.	62
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS	77
APÊNDICES	81
APÊNDICE A –TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO	82
APÊNDICE B – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS	84

1 INTRODUÇÃO

A questão agrária tem fatores oriundos da colonização brasileira, impactantes na contemporaneidade, por sua estrutura latifundiária, pelo Projeto de Reforma Agrária antidemocrático e antipopular, defendido pelo Estado e expresso nas políticas sociais que são desenvolvidas nos assentamentos rurais, resultado da luta de milhares de homens e mulheres que, cotidianamente, reivindicam pela soberania no campo, a partir da terra livre.

A história da população camponesa é uma história de luta marcada pelo conflito e pela resistência desses povos; frente ao poder opressor do coronelismo ainda tão presente no nordeste do país. Nesse processo de luta, vislumbra-se a presença de mulheres que, em meio aos desafios, constroem pautas em defesa de seu espaço na esfera pública, reconhecendo as demandas que são postas aos movimentos de mulheres rurais, como a superação da subordinação, subserviência e expropriação marcada pelo sistema patriarcal, machista e senhorio, no qual impera a dominação do sexo masculino apresentado como superior sobre o sexo feminino, considerado, inferior.

Nesse sentido, o trabalho ora apresentado se propôs a analisar o processo da divisão sexual do trabalho e da política dentro do Assentamento Nova Vida I, investigando como se estabelecem as relações de poder e dominação e, como essas se materializam na vida da mulher assentada, compreendendo a questão a partir do lugar da trabalhadora rural e de sua participação política na luta.

Não obstante, é indispensável destacar algumas motivações que instigaram a aproximação à referida temática, mesmo antes da academia, pela experiência em grupos das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's)¹ e da Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP) na Igreja Católica, inspirados na Teologia da Libertação, e pela participação na luta pela terra com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e na Comissão da Pastoral da Terra (CPT). Já a vida acadêmica, corroborou intensificando a aproximação da experiência no estágio supervisionado I, na Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano (CAAASP), em Cajazeiras-PB e, do estágio supervisionado II, no projeto de extensão do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais (CCJS), intitulado: “Serviço Social em Movimento: mobilização popular e práticas educativas junto a movimentos sociais e organizações populares”, sendo que esse último propôs como atividade o projeto de

¹ O papel das CEB's foi fundamental no despertar das lutas políticas dos diversos segmentos das classes trabalhadoras (DURIGUETTO et al, 2011). Embora na atualidade percebe-se o esfriamento das Pastorais Sociais ligados a Teologia da Libertação e uma notória eferescência de grupos pentecostais.

intervenção: “Participando sem medo de ser mulher”, junto às mulheres assentadas do referido assentamento.

A pesquisa apresenta reflexões acerca da efetivação da Reforma Agrária brasileira, partindo de sua contextualização histórica. Afinal, é impensável falar em assentamentos rurais sem problematizar a questão agrária no Brasil, bem como sua configuração no cenário contemporâneo. Segundo Stedile (2011) as respostas possíveis só serão dadas à Reforma Agrária quando esta for “examinada”, “estudada” e “elucidada”, sinalizando o autor, ser necessário insistir na atualização das pesquisas que desvelam a estrutura latifundiária brasileira, pois os projetos e programas de Reforma Agrária que foram criados não se efetivaram, ficando apenas como uma das grandes pautas dos Movimentos Sociais. Desse modo, esse estudo se apresenta socialmente necessário, tendo em vista que há grande concentração de terras nas mãos de poucos indivíduos no país.

Entretanto, essa investigação tem relevância social também por contribuir com as mulheres do assentamento Nova Vida I, sujeitos da pesquisa, possibilitando o desvelamento das relações de gênero estabelecidas no meio rural, compreendendo que são essas mulheres que enfrentam diariamente uma luta histórica contra toda forma de machismo e patriarcado, presentes nas relações sociais no campo. Destarte, essa pesquisa fornece pistas para a capacidade organizativa das mulheres, inseridas nas associações comunitárias e equipes locais. Por fim, sua socialização poderá instigar mulheres e homens a se reconhecerem enquanto tal, em uma relação que rompa as cercas do patriarcado, do machismo e da opressão sobre a mulher camponesa.

Sendo uma pesquisa pioneira no curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) na discussão da Reforma Agrária no Brasil e, em particular, por estar voltada à divisão sexual do trabalho e da política em um assentamento rural do Alto Sertão Paraibano, o estudo tem vital importância para Unidade Acadêmica de Direito e Serviço Social (UADSS), por instigá-la à maior aproximação com a Política de Reforma Agrária, agregando-a ao debate sobre mulheres, haja vista que essa discussão ocorre de forma bastante tímida no meio acadêmico e, por ser um campo que demarca escassez de referências bibliográficas no curso de Serviço Social. Segundo Duarte (2015), existem dificuldades no reconhecimento das demandas dos sujeitos rurais, por parte dos profissionais do Serviço Social e mesmo existindo estudos que procuram dar visibilidade à questão agrária, essa tem sido pouco debatida no âmbito profissional. São poucos os autores que discutem a questão agrária no Serviço Social, dentre esses se destaca: Lusa (2011; 2012); Duarte (2012);

Sant'Ana (2012); Karina Duarte (2014) e Barros (2005; 2014). Sendo as duas últimas, autoras nordestinas.

Compreende-se ainda que esta pesquisa é relevante para o Serviço Social, por ir ao encontro dos princípios do Código de Ética da Profissão, que “supõe a erradicação de todos os processos de exploração, opressão e alienação” (CFESS, 1993, apud BARROSSO; TERRA, 2012, p. 129). Além disso, busca resguardar a aproximação do profissional com os Movimentos Sociais e as organizações políticas, por estes partilharem das mesmas lutas em defesa da classe trabalhadora e de uma sociedade emancipada, sem dominação de classe, etnia e gênero.

Mesmo que o processo de ruptura do Serviço Social com o conservadorismo² tenha promovido uma aproximação com a presente temática, ao incorporar na formação profissional disciplinas que favoreçam tal discussão, são notórias algumas dificuldades no que envolve essa aproximação da categoria com os Movimentos Sociais, em especial, os que se encontram na luta pelos direitos dos que vivem no meio rural. A exemplo disso, no campo da formação, tem-se o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social (PPC) do CCJS, que apresenta na distribuição dos componentes curriculares, o Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio Histórica da Sociedade Brasileira, a disciplina “Questão Agrária”, com carga horária de 60 horas (UFCG, 2013). É reconhecida assim, como imprescindível para a compreensão do processo histórico, por remeter ao conhecimento da formação social, econômica e política do Brasil e, como campo da prática profissional do Serviço Social. No entanto, mesmo constando no PPC como optativa, não há registros de que essa disciplina tenha sido ofertada a alguma turma do curso desde a sua criação. Assim sendo, essa pesquisa expõe elementos de contribuição acadêmica ao curso e às áreas afins.

Quanto ao percurso metodológico, o estudo dispõe do caráter exploratório, através da pesquisa de campo e bibliográfica, a qual é definida por Lakatos e Marconi (2013, p. 57) por sua capacidade de colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre a temática, inclusive conferências e debates.

Assim, desenvolveu-se mediante a abordagem qualitativa, por entender que esse tipo de abordagem é extremamente viável por permitir desvelar os elementos presentes na realidade social. Para Minayo (2011, p. 21): “a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou

² O Processo de Renovação do Serviço Social no Brasil ocorreu mediante três momentos: o primeiro numa perspectiva modernizadora; o segundo momento pela reatualização do conservadorismo na profissão e o terceiro com a intenção de ruptura dado a sua aproximação ao marxismo. Tal processo foi fruto do Movimento de Reconceituação ocorrido na América Latina (NETO, 2011).

não deveria ser quantificado. [...] Diferenciando da abordagem quantitativa, que trabalha a partir de estatísticas para compreender os fenômenos” (Ibidem, p. 22).

Nessa perspectiva, a presente pesquisa é fundamentada no método crítico-dialético, o método em Marx, por permitir que o/a pesquisador/a apreenda o real para além da aparência, articulando-a com a essência, em uma relação dialética permeada de múltiplas determinações. Segundo Netto (2009):

A realidade é concreta exatamente por isto, por ser „a síntese de muitas determinações”, a „unidade do diverso” que é própria de toda totalidade. O conhecimento teórico é, nesta medida, para Marx, o conhecimento do concreto, que constitui a realidade, mas que não se oferece imediatamente ao pensamento: deve ser reproduzido por este e só „a viagem de modo inverso” permite esta reprodução. [...] em Marx, há uma contínua preocupação em distinguir a esfera do ser da esfera do pensamento; o concreto a que chega o pensamento pelo método que Marx considera „cientificamente exato” (o „concreto pensado”) é um produto do pensamento que realiza „a viagem de modo inverso”. Marx não hesita em qualificar este método como aquele „que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto”, „único modo” pelo qual „o cérebro pensante” „se apropria do mundo” (NETTO, 2009, p. 21).

Tal afirmativa explana a visão de Marx, o qual ressalta que é pelo movimento da abstração intelectual que o pesquisador supera o superficial e o abstrato do fenômeno social, e ainda, afirma que apenas pela apreensão do concreto chega-se ao concreto pensado que no contato empírico não são visíveis.

Marx ainda apresenta de forma articulada três categorias, inscritas em seu método: totalidade, contradição e mediação. De modo que, a totalidade não é um “todo” construído por “partes,” mas uma totalidade concreta complexa e construída por totalidades de menor complexidade, pois o que diferencia essas totalidades é apenas o grau de suas complexidades. Assim, a totalidade é dinâmica, uma vez que está em constante movimento de transformação, de forma a assumir o caráter contraditório de todas as totalidades. “A natureza dessas contradições, seus ritmos, as condições de seus limites, controles e soluções dependem da estrutura de cada totalidade” (NETTO, 2009, p. 27). Não obstante, a pesquisa apenas possibilitará descobrir as relações ocorrentes entre as totalidades em suas diversidades e na totalidade extensiva, por serem relações mediadas pelos níveis de sua complexidade e pela estrutura que é própria de cada totalidade (NETTO, 2009).

Evidencia-se que essas categorias são fundamentais na pesquisa social por permitir a apreensão da realidade e sua dinamicidade na totalidade social. Assim, esse trabalho apresenta a análise da pesquisa de campo com as mulheres, em todos os capítulos, por meio do diálogo enfático com a pesquisa bibliográfica.

No que concerne à realização da pesquisa, essa ocorreu no Assentamento Rural Nova Vida I, localizado territorialmente nos Municípios de Aparecida-PB e Sousa-PB, no Alto Sertão Paraibano. Dentre outros assentamentos existentes nos referidos municípios, a escolha desse assentamento se deu, fundamentalmente, por ter participado em 2004, do ato de apoio aos acampados, realizado pela CPT, frente a uma ordem de despejo do governo do estado da Paraíba, como também por sua história de luta e resistência construída com a participação ativa e efetiva de mulheres.

Os sujeitos envolvidos na pesquisa são mulheres assentadas que participaram de todo processo de luta do Assentamento Nova Vida I, totalizando 05 (cinco) mulheres, com faixa etária entre 38 a 61 anos de idade, casadas e com mais de três filhos, sendo que, 02 (duas) dessas não permanecem no assentamento, uma mora em Estância Velha – Rio Grande do Sul e a outra no Rio de Janeiro. Por essa razão foram entrevistadas por ligação telefônica, gravadas em setembro de 2017.

Ademais, para essa pesquisa foi utilizado o tipo de amostra intencional, que conforme Lakatos e Marconi (2013), consiste no interesse do/a pesquisador/a referente a opinião, ação e intenção de determinados elementos de uma população.

Para realização da produção de dados foi utilizado a entrevista semiestruturada. Para Triviños (2013), a entrevista semiestruturada pode ser entendida como aquela que parte de questionamentos básicos, com suporte teórico que favoreça a pesquisa, oferecendo amplo campo de interrogativas, à medida que se recebe as respostas do/a entrevistado/a. Assim, essa não se apresenta como algo fechado em si mesmo, mas possibilita o diálogo com o/a participante da pesquisa.

Para a análise dos dados, realizou-se a técnica da análise de conteúdo das falas das entrevistadas, como afirma Triviños mediante apoio na elaboração de Bardin (1977), para definir esse instrumento, como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando por procedimentos sistemáticos, à descrição do conteúdo das mensagens para se obter indicadores qualitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (TRIVIÑOS, 2013).

Com essa perspectiva, na descrição das falas, procurou-se preservar a linguagem das mulheres e, para análise dos depoimentos foram atribuídos nomes fictícios de flores próprias do nordeste, como: Flor da Jurema, Violeta do Sertão, Flor da Catingueira, Bromélia do Sertão e Flor de Mandacaru, de modo que, assim identificadas, permaneceu resguardada a privacidade das mesmas.

Além desta introdução e das considerações finais, esse trabalho está estruturado em três capítulos: no primeiro, é apresentada uma discussão sobre a política agrária e seu histórico, vislumbrando a negação de direitos para os trabalhadores/as rurais, enquanto a elite rural concentra a maior parte da estrutura agrária desse país. Por outro lado, os trabalhadores/as reconhecem na articulação, na mobilização e na luta, elementos para questionar e barrar a injusta distribuição de terras.

O segundo capítulo traz abordagens da luta pela terra no Assentamento Nova Vida I, partindo do processo de consciência, especificamente, da consciência da reivindicação que se manifesta na organização política em grupo, podendo chegar à consciência revolucionária, em classe para si. As formas de consciência podem favorecer a subtração da divisão sexual do trabalho, que naturaliza a desigualdade de gênero.

Por fim, o terceiro capítulo enfatiza brevemente a luta das mulheres no país, com especificidade no Nordeste e no Alto Sertão Paraibano, a partir da participação em movimentos sociais mistos, movimento de mulheres e organizações populares do campo. A luta das mulheres camponesas pela autonomia, reconhecimento social e representatividade política, sucede tanto na esfera pública como privada, pois resulta das relações de dominação masculina, naturalizada pela sociedade.



“As cercas
Crescem com o dia
Demarcam
A imensidão
Do latifúndio
E calam
O murmúrio
Das sementes”
[...]

(Autor desconhecido)

2 A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL: BREVE ESBOÇO

“O problema do nordeste mais que a seca meu irmão, o problema do nordeste é a cerca do patrão” (Zé Vicente).

Nesse primeiro capítulo, adentrar-se-á e adensar-se-á a pesquisa com uma breve abordagem dos aspectos históricos da Reforma Agrária no país³, buscando compreender sua gênese, o antagonismo entre o latifúndio e os trabalhadores/as sem terra e as políticas emergenciais que foram criadas como forma de inibir a proposta de reforma agrária da esquerda brasileira, processada em um contexto de luta e conflito social.

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA POLÍTICA AGRÁRIA NO BRASIL

Os estudos sobre a Questão Agrária no Brasil ocorreram de modo tardio, pois nunca esteve no ápice das grandes discussões políticas do país, fato que influenciará para que apenas na década de 1960, aconteçam as primeiras pesquisas na área, contribuindo para que seja ainda na contemporaneidade um campo com poucas produções teóricas.

Stedile (2011), dá um enfoque na economia política e na história da questão agrária no Brasil, apresentando uma divisão cronológica⁴ de acontecimentos que marcaram a história do Brasil colonial como ponto fulcral do desenvolvimento da questão agrária brasileira.

Esses períodos, cronologicamente organizados, são necessários para a compreensão de que antes de 1500 já existia organização social. As populações que aqui habitavam eram na sua maioria nômades, pois, quando não existia mais meios de sobrevivência em um determinado território, partiam para outro. Assim, sobreviviam da pesca, da caça e da extração de frutos da natureza, não havia a ideia de propriedade privada, tudo que tinha no espaço geográfico era de todos, como a terra e a água. Fazia-se o uso coletivo para atender as necessidades de sobrevivência do grupo social (STEDILE, 2011).

O segundo período é de 1500 a 1850, marcado pela presença invasiva dos portugueses que chegavam com o objetivo de expandir os seus negócios, para alargar o seu comércio. “No processo de invasão, como a história registra, adotaram duas táticas de dominação: cooptação e repressão. E assim, conseguiram dominar todo o território e submeter os povos que aqui

³ Sendo imprescindível destacar que a luta pela Reforma Agrária no país contou desde os seus primórdios com a participação de mulheres.

⁴ Para compreender a conjuntura atual da questão agrária brasileira, é imprescindível retornar ao processo histórico, o que talvez seja enfadonho para o/a leitor/a. Porém, a problematização desse percurso é indispensável para essa pesquisa, embora também reconheçamos os inevitáveis saltos no tempo histórico em alguns momentos.

viviam ao seu modo de produção, às suas leis e à sua cultura” (STEDILE, 2011, p. 19). Os povos ficaram expostos e sujeitos a todo tipo de exploração e subserviência a Metrópole portuguesa, especialmente, no que competia à produção, na qual as atividades realizadas pela via da produção ou extração eram enviadas à coroa. Isso indicava que a nossa matéria prima era uma mercadoria e não nos pertencia.

Quando os colonizadores aqui chegaram, o interesse era apenas a busca do ouro, não encontrando. Perceberam que a grande riqueza da terra era a sua fertilidade, logo, era compensatória e lucrativa a sua exploração. Inicia-se a organização da produção de produtos agrícolas como a cana de açúcar, algodão e o café, como também o cultivo de plantas nativas como o tabaco e o cacau, ambas se transformaram em mercadorias para serem exportadas ao mercado europeu. Com esse modelo de produção se caracterizou o que alguns autores vão chamar de modelo agroexportador, configurando o período em que o Brasil chegou a exportar 80% de tudo que era produzido em suas terras (STEDILE, 2011).

Para a efetivação do modelo agroexportador utilizava-se de mão de obra escrava, como meios de produção para o trabalho. Segundo Stedile (2011), nesse momento, ainda não existia propriedade privada e sim, o monopólio da propriedade de todo o território brasileiro pela Coroa portuguesa. Mas, para que o modelo agroexportador fosse estimulado ocorre a “concessão de uso” com direito hereditário. Para tanto, a Coroa entrega para os colonizadores que já detinham o capital, extensões de terras para que investisse o seu capital na produção aqui no Brasil, intensificando assim a exportação de mercadorias. É importante afirmar que não era qualquer pessoa que possuía esse documento de “concessão de uso”, como era, por exemplo, o caso dos negros, os índios e os pobres.

Ainda sobre esses períodos, temos de 1850 a 1930, em que ocorre a decadência do sistema de escravidão e a Coroa portuguesa se sente obrigada, prevendo a abolição no Brasil, ao criar a Lei nº 601 de 1850, conhecida como a “lei da terra”, sendo essa um marco jurídico com duas fortes características apresentadas por Stedile (2011): a primeira foi a implantação da propriedade privada das terras no Brasil; a terra passa a ser mercadoria digna de compra e venda, tendo valor de uso e de troca nas palavras de Marx (2008). A segunda característica apresentada remetia-se ao cidadão brasileiro, o qual poderia ser um proprietário de terras. Essa última característica tem a intencionalidade de impedir que os antigos escravos se tornassem camponeses e pequenos proprietários de terra. Na verdade, isso não se realizaria porque os que não detêm o capital e por consequência nem o documento de “concessão de uso” da terra, não tinham a mínima possibilidade e nem condições objetivas para comprá-la.

É interessante quando Stedile (2011) afirma que a lei da terra é o batistério do latifúndio. Ele nasce e é batizado na colonização com direito ao apadrinhamento da burguesia agrária. As bases injustas da propriedade privada da terra consolidadas na Lei nº 601 de 1850, tem impactos fortíssimos na atual estrutura agrária, como é o caso do latifúndio.

Esse período, também se torna na história um palco de muitas revoltas e de lutas sociais. Há uma mobilização dos trabalhadores escravizados que se rebelam intensificando sua fuga para os quilombos. Surgem movimentos de apoio ao abolicionismo com ousadia e rebeldia, como é o caso do Caifases “organizado entre os filhos brancos da classe média urbana, que ajudavam os trabalhadores escravizados a fugirem das senzalas” (STEDILE, 2011, p. 23). Os trabalhadores/as, vendo a organização reconheceram as péssimas condições de trabalho e de vida a que estavam sendo submetidos/as. Esse cenário desarticulava o modelo de produção agroexportador, pois os/as trabalhadores/as escravos/as, em sua maioria, não estariam mais nos campos sob o jugo dos fazendeiros.

Para Stedile (2011), a saída encontrada pelas elites para substituir a mão de obra escrava e por consequência superar a crise do modelo agroexportador foi atrair migrantes pobres da Europa, excluídos pelo avanço do capitalismo industrial do final do Século XI. Com os camponeses, a produção ocorre pelo regime do colonato:

Por esse sistema, os colonos recebiam a lavoura de café pronta, formada anteriormente pelo trabalho escravo, recebiam uma casa para a moradia e o direito de usar uma área de aproximadamente dois hectares por família, para o cultivo de produtos de subsistência, e de criar pequenos animais logrando, assim, melhores condições de sobrevivência. Cada família cuidava de determinado número de pés de café e recebia por essa mão de obra, no final da colheita, o pagamento em produto, ou seja, em café, que poderia ser vendido junto ou separado com o do patrão (STEDILE, 2011, p. 25-26).

O trabalhador era tratado como um semiservo, trabalhava na terra do fazendeiro tendo acesso a uma pequena parte da terra para sua subsistência e de sua família. Essa realidade submetia milhares de famílias migrantes, a expropriação da mão opressora e excludente do capitalismo europeu.

Com a I Guerra Mundial em 1914, a burguesia agrária brasileira foi impedida de exportar suas mercadorias, como também, foi interrompida a migração de pobres para mão de obra em suas terras. Nesse momento, é formado o campesinato brasileiro com os migrantes e a população mestiça livre que era composta por uma parcela do povo, isto é, os pobres trabalhadores nascidos no Brasil. Não possuíam a terra, mas também não eram trabalhadores escravos. Esse povo migrou para o sertão, pois no litoral estavam as grandes fazendas, assim,

ocuparam o interior, povoando territórios no Nordeste e nos estados de Minas Gerais e Goiás, desenvolvendo atividades agrícolas para a sua subsistência e de sua família (STEDILE, 2011).

Da vida no sertão surge o camponês brasileiro, o qual evidenciado pelo seu trabalho e por sua bravura foi apelidado de “sertanejo”. Esse termo vai demarcar a atribuição de força e de poder à figura do homem, em que, preponderantemente, tem-se a forte presença do patriarcado nas relações sociais no campo, definindo a cozinha como espaço feminino. Pensando a estrutura das casas do Assentamento Nova Vida I, pôde-se visualizar que a cozinha é o menor cômodo das casas de alvenaria construídas pelo governo e das barracas, pois ainda há famílias que vivem nessa condição. Diante disso, surge a indagação: em quais condições ocorrem o trabalho da mulher assentada em tal realidade? Por outro lado, se cria a imagem do homem como provedor e chefe da família, ou seja, ele manda e a mulher e os filhos obedecem.

No período de 1930 a 1964, ocorreram algumas mudanças na política e na economia do país, que influenciaram diretamente na questão agrária. Destes, a queda da Monarquia e o estabelecimento da República⁵. Em 1930, a burguesia industrial aplica o golpe e toma o poder da oligarquia rural exportadora. “Surgiu, então, o modelo de industrialização dependente, na conceituação dada por Florestan Fernandes, conceito esse derivado do fato da industrialização sem rompimentos com a dependência econômica aos países centrais” (STEDILE, 2011, p. 28). O processo de industrialização no Brasil produziu um proletariado, mas continuava sendo um modelo de organização social dependente das potências econômicas do mundo. Nesse momento, a agricultura também esteve subordinada à indústria, e as elites políticas não são mais as oligarquias rurais, e sim a burguesia industrial. Embora em pouco tempo, nasceu a agroindústria com a burguesia agrária que também é industrial.

A industrialização traz impactos fortíssimos para os camponeses, pois era intencional inebriar a população do campo para que não lutasse pela reforma agrária. O discurso da elite industrial era de estímulo para que os filhos dos camponeses deixassem o campo para trabalhar como a mão de obra barata nas indústrias das cidades, ocorrendo assim, o êxodo

⁵ “[...] todas as grandes alternativas concretas vividas pelo nosso país, direta ou indiretamente ligadas àquela transição (Independência, Abolição, República, modificação do bloco de poder em 1930 e 1937, passagem para um novo patamar de acumulação em 1964), encontraram a resposta „à prussiana“: uma resposta na qual a conciliação „pelo alto“ não escondeu jamais a intenção explícita de manter marginalizadas ou reprimidas – de qualquer modo, fora do âmbito das decisões – as classes e camadas sociais „de baixo“ (COUTINHO, 2005, p. 51).

rural que, conseqüentemente, desencadearia um exército industrial de reservas⁶ na porta das fábricas.

Conforme Stelide (2011), a lógica desse modelo de industrialização dependente atuava de forma contraditória e complementar, pois na medida em que se crescia os camponeses, enquanto classe, aumentava o número de pessoas que migravam para a cidade e se transformavam em operários. Uma realidade tendenciada a beneficiar exclusivamente a burguesia industrial junto a acumulação do capital e a concentração de terras. Para o autor em estudo:

Na estrutura da propriedade de terra, a lógica contraditória se repetia. Por um lado, havia a multiplicação de terras de pequenas propriedades, pela compra e venda e reprodução das unidades familiares. E, por outro lado, em vastas regiões, a grande propriedade capitalista avançava e concentrava mais terra, mais recursos. E, no geral, havia uma tendência histórica, natural da lógica de reprodução capitalista, de que a propriedade da terra, que já nasceu nas bases latifundiárias, continuava na média se concentrando ainda mais (STEDILE, 2011, p. 30).

Há uma naturalização da concentração da terra. Se por um lado as unidades familiares terão acesso a um pedaço de terra, por outro lado é bastante comum e natural que os grandes latifundiários detenham grandes extensões de propriedades rurais, pois há uma construção histórica que naturaliza a condição da pobreza, segundo o qual o camponês não tem terra porque não teve oportunidade, ou porque não trabalhou o suficiente. Já os latifundiários e sua descendência, nessa mesma lógica, são os agraciados, pois já nasceram em bases latifundiárias. Tal realidade é tendenciada a fortalecer a lógica da reprodução capitalista.

Os latifundiários detêm não só a terra, mas todos os instrumentos de trabalho, sendo esses os principais meios de produção, isso ocorre segundo Guimarães (2011), devido a entrada do capitalismo na agricultura. Se antes, nas condições históricas pré-capitalistas a terra era o principal meio de produção, com a entrada do capitalismo na agricultura ocorre o desenvolvimento e o aumento destes, como as máquinas e os elementos da ciência e da tecnologia. Porém, fica comprovado o fato, por dados estatísticos na agricultura brasileira, em que é dada à terra o papel predominante no conjunto dos meios de produção. Assim, no Brasil: “[...] dominar a terra, açambarcá-la, monopolizá-la significa ter, praticamente, o domínio absoluto da totalidade dos meios de produção agrícolas” (GUIMARÃES, 2011, p. 51).

⁶ “[...] Engels inspirado pelos cartistas ingleses, designou como **exército industrial de reserva** – ou seja, um grande contingente de trabalhadores desempregados, que não encontra compradores para a sua força de trabalho” (NETO; BRAZ, 2009 p. 132, grifos dos autores).

O poder conferido aos grandes proprietários de terras com o título de senhor e de coronel, continua evidente nas relações que são tecidas nas cidades interioranas e, especificamente no campo. Guimarães (2011, p. 51) chama a atenção para o fato de que o:

[...] tipo de relações coercitivas entre os latifundiários e os seus „moradores“, „agregados“, „meeiros“, „colonos“, „camaradas“ e mesmo assalariados, estende-se também aos vizinhos de pequenos e médios recursos, alguns milhões de trabalhadores brasileiros vivem, inteiramente ou quase inteiramente, à margem de quaisquer garantias legais ou constitucionais e sujeitos à jurisdição civil ou criminal e ao arbítrio dos senhores de terra. Esses últimos determinam as condições dos contratos de trabalho [...] sem o mínimo de respeito às leis vigentes.

As relações trabalhistas no campo são marcadas pela não garantia de direitos, ficando à mercê do poder ou da “benevolência” dos donos de terras. Assim, desconsideram as leis que asseguram os direitos dos trabalhadores rurais, pois são os proprietários que detêm e determinam as condições de trabalho realizado, sendo que em sua grande maioria, ocorrem por contratos informais, procedimento que não dá nenhuma segurança legal ao trabalhador/a, já que esse não é devidamente documentado. Não são poucos os casos de trabalhadores/as que ainda hoje exercem atividades nas terras do patrão para ter direito apenas a moradia e, ainda existem aqueles que moram fora, mas são arrendatários⁷ de terras, sendo que a esse não compete o poder de decisão das formas de arrendamento, se será de meia, terça e etc., pois quem determina as formas de arrendamento, a jornada de trabalho e o que se deve plantar é o patrão.

Esse fato não se distancia da realidade das mulheres que foram entrevistadas no decorrer dessa pesquisa. Quando indagadas muitas apresentaram a realidade de servidão em que estavam submetidas, antes de participarem da luta nas Várzeas de Sousa – PB.

[.] **a gente morar na cidade e trabalhar na roça**, a gente morava lá, mas a gente sempre trabalhava nos Colonos II e III, **a gente trabalhava numa terra que não era da gente**. Era de terça [...] (Flor da Catingueira).

⁷“O arrendamento no Nordeste fica, na maioria das vezes, à mercê da principal atividade do proprietário, isto é, ocorre mais frequentemente no período de entressafra com culturas de subsistência ou para beneficiar a pecuária. Não se trata, portanto, de uma relação mercantil autônoma, através da qual o proprietário transfere o uso da terra ociosa a interessados em explorá-la economicamente. Os pequenos arrendatários têm poucas perspectivas no que diz respeito às melhorias na capacidade produtiva, posto que não possuem nenhuma garantia de um retomo compensatório de seus investimentos, ficando o proprietário, fim do contrato, com a maior parte dos benefícios sem haver invertido no processo produtivo. O pagamento da renda da terra também desestimula o progresso técnico, visto que reduz ainda mais a receita dos pequenos agricultores. Uma característica particular deste pequeno arrendamento é forte dependência das relações pessoais, ou seja, a maioria dos contratos é estabelecido informalmente entre parentes e amigos. O arrendatário para produzir fica sujeito à precariedade do processo produtivo (terra, capital financeiro, tecnologia, etc.), bem como à afinidade dos proprietários fundiários para com eles” (ALMEIDA, 2002, p. 132).

O controle que exerce o patrão sobre o/a trabalhador/a arrendatário/a tira deste/a sua autonomia. Na fala da Flor da Catingueira, outra forma de arrendamento de terra – é a *terça* – que se refere a terceira parte de tudo que for produzido. Outro dado importante é que a mulher não mora na terra, mas na periferia da cidade e, cotidianamente deve se deslocar para trabalhar na terra do patrão, sendo esse quem decidiria as modalidades de arrendamento.

Segundo o Dataluta (2016), a mudança estrutural fundiária no Estado da Paraíba tem aumentado gradativamente o total de imóveis latifundiários, pois em 1988, apresentavam-se cerca de 98.888 propriedades. Já em 2014, esse dado alavancou para 137.918, correspondendo um aumento de 32%, levando em consideração o ano inicial supracitado.

Tais estatísticas afirmam a presença crescente do patriarcado, que contribui para a concentração da terra estabelecendo padrões de trabalho, na forma de escravidão disfarçada.

Para que a reforma agrária alcance um patamar de “igualdade” e “justiça social”, no ato da distribuição da terra, se faz necessário que o Estado⁸ não se ausente de suas responsabilidades. Porém, ao vislumbrar o papel e a intervenção governamental no Brasil, ao longo da história, é notória a sua omissão frente às demandas da classe trabalhadora, a qual revela a posição do governo⁹ favorável aos interesses da elite rural. Fato que se verifica na implantação do Assentamento Nova Vida I:

Tudo que conseguiu aqui **foi pela força dos agricultores porque a terra a gente ganhou, [...] mas para dividir foi nós que pagamos**, quando a gente recebeu a terra vem um dinheiro pra gente, então todo mundo tirou um pouco da feira e a gente dividiu para as ferramentas, pra feira e pra dividir as terras, se a gente quisesse cada qual ter seu canto [...] (Flor de Catingueira).

Assim, as políticas sociais no contexto neoliberal, têm caráter de compensatórias, focalizadas e seletivas, tornando-se brechas para que o Estado não assuma a sua função social. Evidencia-se um retrocesso dos direitos sociais e a ineficácia do Estado no momento da divisão dos lotes no assentamento, com as famílias sendo obrigadas a pagar para ter acesso ao pedaço de terra, que por direito já as pertencia.

⁸ Para Gramsci o Estado é integral ou ampliado formado na conjunção de uma sociedade política como o Estado *stricto sensu* ou Estado- coerção. Já a sociedade civil pertence a esfera da disputa da hegemonia e do consenso (Duriguetto, 2007).

⁹ “[...] a noção de *governo* difere da noção de *Estado*, pois, enquanto este é uma relação de dominação, aquele constitui um conjunto de pessoas jurídicas e órgãos que exerce, institucionalmente, o poder político, ou a dominação, numa determinada sociedade. São *governantes*, portanto, o conjunto de pessoas jurídicas que governa o Estado e, *governados*, aqueles que estão sujeitos ao poder do governo na esfera estatal. Por essa perspectiva, o governo constitui um aspecto do Estado” (PEREIRA, 2009, p. 11; grifos da autora).

O problema da questão agrária tem suas raízes dialéticas no antagonismo entre os proprietários que são minoria e concentram a maior parte do monopólio de terras e os trabalhadores, a grande massa que depende da terra para a sua subsistência (STEDILE, 2011).

A injusta e desigual distribuição de terra sinaliza que, apenas pela sua capacidade organizativa, a classe trabalhadora acionará mecanismos pela via da luta para que seja garantido o melhor acesso dos trabalhadores/as rurais a posse da terra, pois a terra é de direito de quem dela precisa.

2.2 A LUTA PELA TERRA: ENTRE O SONHO E A REALIDADE

O processo de luta pela terra acontece num espaço de conflito social, fruto do embate entre duas classes: os latifundiários e os trabalhadores/as sem terra.

Já no final da ditadura de Vargas (1937-1945), mesmo que se apresentasse um novo tempo com o retorno da possível democracia, esse momento representou enormes dificuldades para se construir as organizações populares no campo. Porém, contraditoriamente, é o período que ocorre as mobilizações dos trabalhadores rurais, especialmente pela via do sindicalismo rural (STEDILE, 2011).

Nesse caminho operavam os ativistas do Partido Comunista, realizando, entre 1945 e 1947, uma grande e organizada mobilização de trabalhadores agrícolas em quase todos os Estados Brasileiros. Fundaram-se, então centenas de ligas camponesas, que reuniram milhares e milhares de pessoas (MORAIS, 2012, p. 22).

Os pioneiros no contato com os camponeses foram os membros do Partido Comunista, sua forma de organização introduzida na organização das Ligas Camponesas. Segundo Morais (2012), Luiz Carlos Prestes era líder tanto do Partido Comunista como das Ligas Camponesas. A luta no campo, ao contrário da cidade, que já tinha uma articulação construída, ocorre tardiamente e vai ganhar ênfase pela organização dos camponeses para que suas reivindicações por direitos trabalhistas sejam reconhecidas.

Para Morais (2012), as Ligas Camponesas tiveram um papel importante entre os anos 1955 e 1964, por serem essas responsáveis pela criação de uma consciência a favor da reforma no país. Ademais, as ligas foram as primeiras organizações que construíram uma consciência de organização coletiva e política no campo.

A luta das Ligas Camponesas não ocorreu de forma linear, mas permeada de muitas revoltas, crises e o ressurgimento do próprio movimento. Foram disputas marcadas pelo

conflito, pela força física e até pelo derramamento de sangue, pois muitos trabalhadores/as morreram por defender a emancipação dos/as camponeses/as.

Com o golpe civil militar de 1964, foram interrompidas algumas pautas de luta das Ligas, como a realização do I Congresso das Ligas Camponesas no Brasil. Segundo Moraes (2012), as Ligas foram as organizações que mais sofreram prisões e assassinatos no período da ditadura.

Em tempo de redemocratização, tem-se de volta a discussão sobre a Reforma Agrária e a efervescência dos movimentos sociais, sindicatos e o fortalecimento da CPT, criada em 1975, por lideranças das CEB's e adeptos da Teologia da Libertação da Igreja Católica, que apoiavam a luta dos trabalhadores/as rurais. Como também, a recriação¹⁰ do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), criado em 1972. Também houve o surgimento do MST, que em sua bandeira de luta defende a Reforma Agrária com a democratização da terra.

O MST surge em 1979, apresentando uma pauta de repúdio à concentração de terra no Brasil, construindo uma luta histórica de resistência junto à classe trabalhadora sem terra. A luta cotidiana do MST entra no embate com as medidas do governo, que defendem os interesses do grande latifúndio refletido no agronegócio.

Assim, as ocupações, os acampamentos e assentamentos são uma grande ameaça para o agronegócio, por esses impedirem a sua expansão e, conseqüentemente, a concentração de terras. “Se o território do latifúndio pode ser desapropriado para a implantação de projeto de reforma agrária, o território do agronegócio apresenta-se como sagrado que não pode ser violado” (FERNANDES, 2013, p. 216- 217). Para o referido autor, o agronegócio é um novo tipo de latifúndio, pois não concentra só a terra, mas também a tecnologia produtiva e as políticas de desenvolvimento (FERNANDES, 2013).

Nota-se que são dois projetos antagônicos, na projeção que os movimentos sociais de esquerda brasileira defendem o acesso à terra de forma igualitária, a agricultura empresarial, junto a extrema direita conservadora, atende aos interesses do capital, camuflando a verdadeira imagem do agronegócio:

O processo de construção da imagem do agronegócio oculta seu caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas

¹⁰ O INCRA foi criado em 09 de Julho de 1970, no entanto com o processo de redemocratização marcado pelo intenso debate político e ideológico em torno da Reforma Agrária, resultou na extinção do mesmo em 1987, passando a responsabilidade para o Ministério da Agricultura (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2010).

tecnologias. [...] A agricultura capitalista, [...] não pode esconder o que está na sua raiz, na sua lógica: a concentração e a exploração (FERNANDES, 2013, p. 216).

A expropriação e a exploração são realidades constitutivas do agronegócio, porém, o seu discurso de produtividade, de crescimento e estabilidade econômica esconde essas realidades. O trabalhador/a rural é expropriado da terra e de seus meios de trabalho, em um contexto de escassez, sem dar-lhe condições subjetivas e objetivas de subsistência, sendo obrigado/a a submeter-se a exploração do agronegócio, gerando, assim, um colapso no campesinato brasileiro.

É salutar apresentar o papel da mídia¹¹ e do Estado frente ao agronegócio. Ambos têm como objetivo fazer uma blindagem desse modelo como aquele que não cria conflitos. O Estado entra com medidas de fortalecimento de políticas desenvolvimentistas do agronegócio, já a mídia evita fazer a relação deste com os conflitos da terra e com o trabalho escravo¹², que se dá nas relações trabalhistas no campo (FERNANDES, 2013).

De acordo com o Dataluta (2016), no ano 1990, ocorreram apenas 50 ocupações, o menor registro da história do país desde 1988, embora no final dessa década, em 1999, chegue ao número de 856 ocupações, no governo de Fernando Henrique Cardoso - FHC. Já nos anos 2000, especialmente no governo petista, o menor número de ocupações se deu no ano 2010, chegando a 184 ocupações, e em 2015 esse dado chega a 251 propriedades agrícolas ocupadas.

Segundo os dados apresentados por Fernandes (2013), o primeiro mandato de FHC (1995-1998), foi o momento da história em que mais ocorreu a implantação de assentamentos. “Só no nordeste, chegou ao número de 120.000 mil assentamentos implantados, fruto de 80.000 mil ocupações” (DATALUTA, 2003 apud FERNANDES, 2013, p. 212). Porém, essa estatística revela que essa conquista é resultado da luta dos/as trabalhadores/as, e não da política agrária do governo de FHC. Foi a capacidade de organização política dos movimentos sociais do campo que forçou o governo a criar assentamentos. No seu segundo mandato, “a

¹¹ O sistema midiático brasileiro assume o papel de fortalecer a ideologia dominante e para isso tenta a todo o momento manipular e inebriar a população com informações que atingem alguns segmentos da sociedade, especificamente os movimentos sociais. Em nota contra a criminalização e a violência no campo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra manifesta: “Responsabilizamos a mídia sob liderança da Rede Globo que criminaliza os movimentos populares do campo e indígenas, criando um clima que legitime a repressão policial e das milícias armadas dos latifundiários. Esse comportamento também provoca a violência contra movimentos populares urbanos, como aconteceu em Goiânia, Rio de Janeiro e São Paulo, durante a Greve Geral” (MST, 2017).

¹² Muitos trabalhadores/as rurais vivem em situações análogas ao trabalho escravo no país.

questão agrária foi estrategicamente substituída pelo capitalismo agrário” (FERNANDES, 2013, p. 212).

Nesse período, ocorreu a criação do Ministério Extraordinário da Política Fundiária, por causa do massacre de Eldorado dos Carajás, como estratégia política de pôr fim às ocupações de terras (FERNANDES, 2013), chegando a publicar em maio de 2001, a medida provisória 2.109-52¹³, de criminalização das ocupações. Fato que confirma ser este o governo que mais usou de violência contra os movimentos sociais, através de repressões e prisões nas ocupações.

Os dois mandatos consecutivos do Presidente FHC têm como prioridades as políticas neoliberais, que resultaram na Política de Reforma Agrária de Mercado, intensificando as relações mercantilistas, através dos Programas definidos por Barros (2014, p. 87) como:

[...] estratégias do Banco Mundial para o campo, via políticas de ajuste estrutural que têm estimulado a privatização de terras públicas e comunitárias, das águas e florestas. De acordo com essa concepção os Estados nacionais abrem mão de realizar a desconcentração da terra, através de uma política pública de reforma agrária e de formação de assentamentos rurais para famílias sem terra; e passam a promover programas de Reforma Agrária via mercado. No Brasil, os Governos Federais já implantaram três programas, quais sejam: Cédula da Terra, Banco da Terra e Crédito Fundiário.

O capital internacional estimula os países dependentes a privatização não só de suas empresas estatais, mas também, das terras públicas e dos recursos naturais, como por exemplo, a floresta Amazônica. As terras públicas, que seriam para fins de Reforma Agrária, são vendidas para o agronegócio nacional e internacional.

Conforme Santos (2012), o capital no Brasil é o agronegócio, e a concentração da riqueza está na terra. Assim, as classes dominantes são os latifundiários, sendo que contraditoriamente, quem mais produziu riquezas no país foram os trabalhadores/as rurais, mediante o trabalho escravo sem nenhuma regulamentação.

Na mesma lógica, a criação da Política Nacional de Reforma Agrária está voltada para a lógica do mercado, para potencializar as relações de compra e venda no campo, seguindo o

¹³ “Será excluído do Programa de Reforma Agrária do Governo Federal quem, já estando beneficiado com lote em Projeto de Assentamento, ou sendo pretendente desse benefício na condição de inscrito em processo de cadastramento e seleção de candidatos ao acesso à terra, for efetivamente identificado como participante direto ou indireto em conflito fundiário que se caracterize por invasão ou esbulho de imóvel rural de domínio público ou privado em fase de processo administrativo de vistoria ou avaliação para fins de reforma agrária, ou que esteja sendo objeto de processo judicial de desapropriação em vias de imissão de posse ao ente expropriante; e bem assim quem for efetivamente identificado como participante de invasão de prédio público, de atos de ameaça, seqüestro ou manutenção de servidores públicos e outros cidadãos em cárcere privado, ou de quaisquer outros atos de violência real ou pessoal praticados em tais situações” (BRASIL, 2001).

receituário neoliberal, com as desapropriações sendo feitas em defesa do mercado Internacional (SANTIAGO, 2016).

Nos anos 2000 foi criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, enchem-se de utopias os movimentos sociais, entidades e organizações populares, por sua história de luta no sindicalismo do ABC Paulista, o discurso em defesa da Reforma Agrária em suas campanhas e pelo seu compromisso com os movimentos sociais. No entanto, o governo petista não cumpriu os seus compromissos de campanha e “[...] a questão da terra, verdadeiro nó social no Brasil, não foi tocada nem no campo nem na cidade” (GUIMARÃES, 2016, p. 52).

Em 2003, na Conferência da Terra em Brasília foi apresentado ao governo, o II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), “que concebia diversas formas de aquisição da terra, desde desapropriações, regularização, permuta, compra e venda” (BARROS, 2014, p. 90). Como o I PNRA, criado na segunda metade da década de 1980, pelo INCRA e apresentado ao Presidente José Sarney, o qual fez alterações para aprová-lo, o II PNRA: “não enfrentaria o problema da concentração fundiária e da subalternidade do campesinato, pois priorizava a regularização e a integração do campesinato no capitalismo” (FERNANDES, 2013, p. 195 apud BARROS, 2014, p. 90).

Os movimentos sociais, especialmente os do campo, esperavam de Lula o projeto de Reforma Agrária, tão sonhado e defendido por movimentos camponeses e entidades de apoio em 2003, através de um documento intitulado “carta da terra”. Porém, o governo petista aprova o II PNRA e ainda apresenta o Projeto de Transposição das águas do Rio São Francisco. Diante dessas medidas os movimentos sociais se manifestam e em ato público pelas terras das Várzeas de Sousa-PB realizado no dia Internacional da Mulher, 08 de março de 2011, os movimentos sociais e organizações sindicais do Alto Sertão Paraibano apresentaram reivindicações, através de faixas. Entre elas destaca-se a expressão: “LULA se você quiser fazer uma grande obra no seu governo, não faça a Transposição do Rio São Francisco. Faça a Reforma Agrária no semiárido do Nordeste Brasileiro” (Foto, p. 17). Embora seja reconhecida a sua popularidade e aceitação do seu governo na região Nordeste, não se deve ocultar a insatisfação dos movimentos sociais e organizações populares diante de medidas tomadas no governo petista.

Dessa forma, não se registra avanços na reforma agrária nos dois mandatos de Lula. A promessa contida no II PNRA, de assentar todas as famílias acampadas não foi cumprida; e o campo governista da época também abandonou o trabalho de base com as famílias e comunidades (fato que provocou um custo muito alto para os governos petistas,

especialmente, no segundo mandato da Presidenta Dilma Rousseff). Contudo, a relação do governo com os movimentos sociais amplia a margem de diálogo, mesmo estando em vigor a medida provisória da criminalização, sendo que nos governos de sua sucessora altera-se drasticamente essa relação, principalmente, quando sanciona a Lei 13.260/2016, denominada lei antiterrorismo¹⁴.

As políticas criadas no governo Lula como o Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental¹⁵ (ATES), fortaleceu os assentamentos já implantados. Em contrapartida, o governo foi um fracasso para os acampamentos que estavam na luta. Em campanha eleitoral à Presidência da República criou um programa de Reforma Agrária, mas não o efetivou. As políticas de apoio da produção no campo foram apenas paliativas e redistributivas. Segundo Barros (2014, p. 89): “A reforma agrária é uma política de desenvolvimento territorial e não política social redistributiva, daí ter que enfrentar a concentração da grande propriedade fundiária para realizá-la”.

Já o governo da Presidenta Dilma Rousseff (2011-2016) foi um governo de continuidade, menos na política agrária, por representar um retrocesso do seu antecessor, especialmente, no financiamento da referida política. Segundo Barros (2014), só no mês de abril/2012, o Ministério do Planejamento cortou 60% do orçamento do INCRA Nacional, cortando também, os recursos destinados para obtenção de terras, instalação de assentamentos, para desenvolvimento da agricultura familiar e para a educação do campo (INFORMATIVO MST, 2012 apud BARROS, 2014).

Sem investimentos, ocorre uma precarização nos serviços de assistência técnica no campo, por via do Programa ATES, uma política de apoio para as pequenas e médias produções rurais, desencadeando uma acentuada pobreza no campo, especificamente, por se tratar de uma região do semiárido brasileiro, marcada pela escassez de chuvas.

¹⁴ Conforme Duriguetto (2017) em nota de rodapé utilizando as expressões dos autores Buhl e Korol (2008), afirma que as condutas tipificadas como crimes de terrorismo são, em sua maioria, caracterizadas como crimes comuns. Assim sendo, abre as portas para considerar terrorista qualquer pessoa que se oponha às políticas governamentais e decida militar ativamente contra elas. Tornando-se uma desculpa para que ocorra a perseguição política.

¹⁵ O conjunto de ações da ATES, a partir de 2008, passou a ser articulada e integrada ao Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais, cujo público beneficiário são as mulheres trabalhadoras rurais da agricultura familiar e da reforma agrária. Tendo como objetivo central o fortalecimento das organizações produtivas de trabalhadoras rurais, incentivando a troca de informações, conhecimentos técnicos, culturais, organizacionais, de gestão e de comercialização, valorizando os princípios da econômica solidária e feminista, de forma a viabilizar o acesso das mulheres às políticas públicas de apoio à produção e comercialização, a fim de promover a autonomia econômica das mulheres e a garantia do seu protagonismo na economia rural (MDA, 2008).

A ausência e a ineficácia de políticas públicas que garantam a manutenção das famílias assentadas está explícita na fala da Flor da jurema, que apresenta o descaso de entidades representativas do governo como é o caso do INCRA:

[...] as pessoas que se dizia ser apoio até hoje não vieram para dá dignidade a cada uma das famílias [...] Mas cadê os apoios? Só veio o primeiro fomento, cadê a reforma agrária? Onde se diz que tem reforma agraria aonde? Na Paraíba não tem, eu não vejo no Alto Sertão. **O INCRA na Paraíba contribuiu** e muito para a forma que nós estamos hoje, [...] nós lutamos, estamos na terra até hoje perseverando e a segunda parte vem do INCRA que é manter as famílias naquele lugar. Mas não no meu ponto de vista que eu vejo que eles colocam lá deixa eles a mercê, sofrer para eles abandonar e eles depois retomar pra vender, o que eu tô muito vendo é isso. Muita venda de lote por pequenos não, por grandes [...] (Flor da jurema).

O INCRA é o órgão representativo do governo federal que está mais próximo dos assentados, no sentido de dialogar a permanência das famílias na terra, no entanto, essa relação dialógica acontece, em sua maioria, apenas no ato de negociação de venda e posse da terra. Com a criação do assentamento percebe-se o afastamento do Instituto do cotidiano dos assentamentos, especificamente nas reuniões comunitárias de deliberação, ausência esta que dificulta o diálogo com os/as trabalhadores/as e associações de assentamentos.

Talvez um caminho proposto fosse a descentralização do INCRA, já que territorialmente está localizado na capital do estado à 500 km dos assentamentos do Alto Sertão Paraibano, embora seja válido salientar que essa descentralização está para além de uma dimensão geográfica, compreendendo assim, a dimensão burocrática do INCRA.

Diante dos entraves postos à questão agrária, nos referidos governos de ideário neoliberal com seus rebatimentos no campo, se articula a esses outros “novos desafios de cunho crítico, teórico e prático postos atualmente à ação política dos movimentos sociais, com base em novos determinantes presentes na cena política” (GUIMARÃES, 2016, p. 26), como a intensificação de uma política oligárquica que se caracteriza na participação controladora e de legitimação e consolidação do poder pela oligarquia política sobre as organizações populares (GUIMARÃES, 2016). Elucida-se uma relação de controle da política local sobre as organizações populares dentro do assentamento Nova Vida I, relação esta que enfraquece a coletividade e a luta pela Reforma Agrária:

[...] faz com que a reforma agraria não tenha vantagem, [...]. **Você acha que um político que quer a pessoa mal informado que quer a pessoa sempre na miséria, você acha que eles vão querer que as pessoas subam na vida?** Não vai querer, quanto mais pobre pra eles melhor porque eles manipulam com uma cesta básica, com um botijão de gás, com uma conta de luz, com uma caixa de remédio. Então é assim, que no nordeste o pobre como um todo é levado. Eu escutei de vários

políticos dizendo que **uma caixa de remédio vale um voto, um botijão de gás vale um voto**, isso é muito triste (Violeta da Caatinga).

[...] A gente não tinha autonomia de sair daí pra João Pessoa com condições de resolver, **chegava um político se atravessava na nossa frente e dizia que ia resolver o nosso problema e depois vinha atrás de voto e fazia a gente pregar uma foto de candidato na porta e depois não fazia acontecer**. O próprio governo fazia promessas em época de política e a gente acreditava, fechava o assentamento fazia as famílias irem para os comícios pra ir pras ruas apoiando tal político, tal candidato não pôr a gente achar que aquele político era bom, mas pelo que aquele político tinha prometido a gente. A verdade é essa, essa é a nossa realidade, nós não ia pra lá porque o político tratava bem da cidade, tratava do povo, da saúde e da educação. Nós íamos pra lá colocava a bandeira, colava a foto porque aquele político ia lá e dizia que ia dar as nossas casas, dava as nossas terras e a gente acreditava nisso e participava da política dessa forma. Fomos totalmente lesados [...] (Flor de mandacaru).

Fica em evidência a relação de manipulação entre a política local e as famílias assentadas, manifestadas na dominação do poder político sobre as associações do assentamento, face a realidade que implica a existência ainda de voto de cabresto e de troca de favores. Nas entrevistas ficou explícito que muitos políticos se agregam a luta ou a organização intencionando a subalternização e dependência dos/as trabalhadores/as. Outro fator é a falta de formação política que leva a alienação, afinal, nas palavras do pensador Berthold Brecht: “O pior analfabeto é o analfabeto político”. Somado a uma tentativa de cooptação das lideranças:

[...] **eles se sentem dono da gente**, como eu era coordenação eles queriam que eu segurasse as pessoas pra votar em fulano em cicrano porque eles iam dar cesta básica pros agricultores. Então, eu fui várias reuniões com eles, (os políticos). Então, era assim: **você segura os votos que eu vou dar cesta básica que eu vou dar isso que eu vou dar aquilo**. Mas, eu nunca fui de segurar voto de ninguém, até porque uma cesta básica, uma caixa de remédio, não tem como segurar voto de ninguém. Então, por isso que eu fui excluída, por isso que hoje eu estou aqui porque eu não aceitei esse tipo de coisa (Violeta da caatinga).

Observa-se uma relação de poder dos políticos locais com o eleitorado, que se expressa ainda na existência dos famosos “currais eleitorais”, no qual há uma tentativa de dominar, manipular e alienar os/as assentados/as. Uma realidade que não vislumbra o compromisso ético e político com a classe trabalhadora, mas a tentativa de despolitização da mesma, pela via da ideologia da retribuição, do apadrinhamento, da troca de favores e do apaziguamento dos/as trabalhadores/as.

Por outro lado, sabendo da existência de duas associações no assentamento Nova Vida I, também foi possível perceber a estreita relação dessas com os partidos políticos do município de Aparecida-PB, e até certa competitividade entre ambas. Segundo Guimarães

(2016), é fundamental considerar as importantes contribuições da complexa relação entre os movimentos sociais e os partidos políticos para estabelecer uma relação democrática entre os sujeitos coletivos, embora pesquisas tenham identificado nos discursos de militantes dos movimentos sociais enorme resistência sobre a articulação e presença de partidos políticos, dentro do movimento social (GUIMARÃES, 2011; SANTOS, 1995 apud GUIMARÃES, 2016).

Para Guimarães (2016), no processo de organização e mobilização popular, as estratégias políticas dos movimentos sociais tem sido a questão central no contexto de luta pela hegemonia. Nesse sentido, historicamente o MST vem adotando estratégias políticas, expressas na sua dinâmica e pedagogia organizacional, como as visitas domiciliares e reuniões comunitárias, de sentido preparativo, com formação política, para que ocorra a ocupação; os instrumentos de trabalho como a enxada e a foice são símbolos de reivindicação diante das ações coercitivas do Estado, presentes nas manifestações, ocupações, acampamentos e assentamentos. Todos esses itens são estratégias políticas do movimento.

Sobre as estratégias supracitadas, a ocupação é o espaço em que manifesta, explicitamente, o embate entre a elite rural e os/as trabalhadores/as sem terra. Para Guimarães (2016), a estratégia de ocupação é legítima, “dada a imensa desigualdade socioespacial, geradora também de significativa quantidade de pessoas despejadas de seus territórios de moradia, não resta a estas famílias qualquer alternativa legal, a não ser a estratégia legítima de ocupação da terra para morar” (GUIMARÃES, 2016, p. 126).

Diante dessa discussão, ainda está presente na sociedade a propagação midiática de uma imagem do MST como um movimento violento, que invade a propriedade alheia. Nisso, as suas estratégias e as formas de conduzi-las, para muitos trabalhadores, coadunam como agressividade:

[...] na luta deles, **eles já parte pra agressão**, o MST é assim. Já a CPT não, a CPT é mais humilde é uma luta de conversa, já o MST não, é armado, eu não gostei não (Flor da Catingueira).

[...] quando a gente estava com **a CPT** a luta era devagar, mas era verdadeira, era uma luta que a gente estava trabalhando pelo nosso objetivo. Mas infelizmente veio outra instituição e que essa instituição foi quem buscou toda a nossa rivalidade, toda a nossa separação na comunidade porque eles trabalham no eu, no eles, entendeu? Era não, é **o MST**, alguns, que o MST tem nome, mas algumas pessoas que leva o nome do MST não tem esse caráter pra trabalhar com a instituição tá entendendo? Então fica assim, infelizmente tudo aconteceu depois que o MST junto com alguns políticos que no caso algum vereador que é daí de Aparecida aconteceram isso (Violeta da Caatinga).

Tanto a Flor da Catingueira, como a Violeta da Caatinga expõe essa relação comparativa entre as estratégias políticas da CPT e do MST, assim, elucida-se que cada movimento tem suas estratégias próprias, embora seus objetivos sejam os mesmos, a reforma agrária. Importa frisar, contudo, que suas estratégias não devem ser confundidas com a violência que está presente no processo de luta.

De acordo com Barros (2014, p. 84):

A violência no campo, que é segundo Marx, inerente ao processo de acumulação originária do capital, tendo como núcleo central a questão da propriedade privada da terra; tem sido uma estratégia dos grandes proprietários de terras e grupos econômicos para desmobilizar os movimentos sociais rurais, intimidar os grupos envolvidos nos conflitos agrários, manter o projeto de modernização conservadora, a expansão do agronegócio e a apropriação do capital ao campo.

A forma de expulsão do campo é violenta e sangrenta, os proprietários de terras usam da força física de seus jagunços e de pesadas munições para inibir e desmobilizar os movimentos sociais rurais. Nessa perspectiva, o Estado também usa da coerção pela via da polícia para controlar e extinguir as organizações do campo.

Em 2016, foram registradas 61 mortes no campo, já em 2017, após a chacina do dia 24 de maio do corrente ano, em Pau D'arco – PA, o número de assassinatos elevou-se para 37 mortes. Segundo o banco de dados da CPT, só em maio de 2017, os números superam metade dos dados de 2016 (CPT, 2017).

Sabendo que a violência no campo não se materializa apenas nos casos de mortes, mas também nas agressões e ameaças, os dados demonstram seu crescimento, revelando que o capital mantém o controle da estrutura fundiária do país, além do braço opressor e dominador do latifúndio que pesam sobre os trabalhadores.

A violência no campo também se expressa na criminalização dos movimentos sociais, sendo denominados de modo depreciativo de “baderneiros,” “vagabundos” e “preguiçosos.” O aparelho repressivo do Estado assume a função de banalizar, discriminar e desarticular a luta dos/as trabalhadores/as, no qual é reforçado pelo poder midiático que propaga a ideologia dominante. Essa realidade não se ausenta do cotidiano de luta das mulheres do assentamento Nova Vida I:

Estamos na luta **entre polícia e tudo** (Bromélia do sertão).

O processo da luta no campo é dinâmico, uma vez que essa luta se articula com outras bandeiras de lutas em defesa da moradia, do saneamento básico, da saúde e da educação. Nesse sentido, Violeta da caatinga afirma que:

[...] a luta não para e agora **não é só a luta pela terra, mas pela casa**, muitos ficaram sem as casas e também a luta maior é pela água [...].

A reforma agrária não é apenas uma “política de distribuição de terras, mas uma política que envolve o acesso a água, moradia, financiamento da produção agrícola, ao trabalho, as políticas sociais e etc.” (LEITE; ÁVILA, 2007, p. 13 apud BARROS, 2014, p. 81).

Conforme o coordenador da Rede Dataluta (2016), o professor Dr. Feliciano, vislumbra-se atualmente, o acirramento das ofensivas neoliberais contra a Reforma Agrária, pois em pouco tempo o governo golpista e ilegítimo de Michel Temer extinguiu o Ministério de Desenvolvimento Agrário, assim, como “a formulação de propostas de lei e medidas provisórias como PL12/2017 e a MP759/2016, que propõe a regulamentação das terras de reforma agrária, entregando cerca de 750 mil “novos” títulos de terra até 2018, a todos/as assentados e assentadas” (DATALUTA, 2016). A entrega do título da terra significa transferência de responsabilidades estatais para a família assentada, denotando verdadeiramente, um grande retrocesso na política agrária do nosso país. Entretanto, os movimentos sociais defendem a concessão de uso, por conceder direitos ao acesso às políticas públicas.

Assim, fica explícito que a questão agrária tem se tornado ao longo das décadas uma imprescindível bandeira de luta dos movimentos sociais. Na luta pela terra, alguns sujeitos políticos estão na linha de frente, como é o caso de muitas mulheres do assentamento Nova Vida I, que com o seu protagonismo construíram histórias de resistências e, na peleja de cada dia, muitas foram expulsas dos espaços de organizações coletivas por defender a igualdade de gênero, lutando por uma terra livre e para todos.



[...]

“Nas madrugadas
O camponês
Arma o coração
Da derrubada
O arame farpado
Não deterá jamais
O grito
Da aurora
Ocupada!”

(Autor desconhecido)

3 ASSENTAMENTOS RURAIS NO ALTO SERTÃO PARAIBANO: PROCESSO DE CONSCIENCIA, FORMAÇÃO E PELEJAS DIÁRIAS

“Quem não se movimenta, não sente as correntes que o prendem” (Rosa Luxemburgo).

Nesse capítulo, apresentar-se-á um breve esboço do processo de criação do assentamento Nova Vida I, compreendendo a partir do processo de construção política de consciência das mulheres que participaram da luta pela terra. Assim, desvendando a divisão sexual do trabalho e as relações sociais que são estabelecidas no campo.

3.1 HISTÓRICO DO ASSENTAMENTO NOVA VIDA I E AS MOTIVAÇÕES PARA AS MULHERES PARTICIPAREM DA LUTA

O processo de formação dos assentamentos no estado da Paraíba foi marcado pela luta dos trabalhadores/as sem terra em articulação com o MST e a CPT. O Assentamento Nova Vida I, surgiu da luta da CPT e de trabalhadores/as rurais de mais de dez municípios do Alto Sertão Paraibano, que se organizaram para reivindicar as terras do Perímetro Irrigado Várzeas de Sousa (Pivas), para fins de Reforma Agrária. A ocupação aconteceu na madrugada do dia 24 de maio de 2004, o qual cerca de 400 famílias acamparam na Barragem da linha férrea da antiga Fazenda Acauã, hoje Patrimônio Histórico. A partir desse momento, fundava-se o maior acampamento do estado da Paraíba.

O Pivas foi um projeto de irrigação criado por estratégia do governo de FHC, em parceria com o Governo do Estado da Paraíba, do então governador José Targino Maranhão (PMDB), como forma de trazer para o Sertão a atividade agroindustrial com dimensões transnacionais. Em 2002, as obras do perímetro irrigado foram paralisadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), após constatação de irregularidades do governo, tendo retornado as obras apenas no governo do PSDB com o governador Cássio Cunha Lima (FARIAS, 2010).

Os lotes do perímetro irrigado são distribuídos entre segmentos sociais, sendo 16 lotes empresariais, ocupando 2.307,38 hectares, 178 lotes para pequenos produtores, correspondendo a 992,63 hectares, 06 lotes para Projetos de Assentamentos (PA) destinados a reforma agrária, com 998,75 hectares, 02 lotes são destinados a pesquisa pela Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba (EMEPA), ocupando 30,00 hectares e 01 lote para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), campus Sousa, que corresponde a 10 hectares. Nota-se que o Pivas compreende uma larga extensão de terras,

sem levar em consideração aquelas que são de baixa aptidão para irrigação, da Reserva Legal (RL) e as áreas de infraestrutura inaproveitáveis (RAGAELA, 2014).

Dessa forma, aclara-se que as terras das Várzeas de Sousa-PB foram desapropriadas em lotes empresariais, destinados para grandes produtores e, conseqüentemente para exportações. Como é o caso, por exemplo, do Grupo Santana, uma empresa de grande porte, que ganhou licitação para produção de sementes, em razão disso, essa usa a terra do governo para a produção, sendo o governo da Paraíba o maior comprador de sementes do grupo empresarial. Conforme Farias (2010), somente a empresa Santana Sementes utiliza 07 (sete) lotes. Enquanto são destinados, de acordo com os dados supracitados, apenas 06 (seis) lotes para os assentados da reforma agrária, no qual ocupam 141 famílias. Desse modo, evidencia-se segundo Ragaela (2014), o papel do Estado em fortalecer as estruturas latifundiárias, através desse projeto de irrigação, como também ocorre uma reprodução histórica da concentração de terras, especialmente no Nordeste brasileiro.

A luta dos acampados pela terra e pela água do Pivas, contou com a força, a teimosia e a liderança de mulheres e homens que resistiram a vários pedidos de reintegração de posse do então governador Zé Maranhão. As famílias acampadas acreditavam que a terra pública não podia ser vendida. Foram 09 (nove) anos de luta e moradia em barracas de lona preta, símbolo da resistência dos trabalhadores/as sem terra, resistindo não só ao sol escaldante do sertão, mas também ao braço opressor do governo do Estado, expresso, sobretudo na política governamental adotada estadualmente. No entanto, após diversos embates com os trabalhadores/as, o governo cedeu e em 11 de fevereiro de 2011, foi criado o assentamento Nova Vida I, situado territorialmente nos municípios de Sousa e Aparecida-PB, no Alto Sertão Paraibano.

Em conformidade com Ragaela (2014), a criação do assentamento não pode ser entendida como o fim da luta, pois a esta, se soma a luta pela sobrevivência, pela moradia e pela produção. Ainda em 2018, após mais de 07 (sete) anos de fundação, encontram-se algumas famílias que permanecem em barracas em condições precárias, sem acesso à moradia, água, saneamento básico e coleta de lixo. A comunidade também não dispõe de um posto de saúde, tão pouco de escola para suas crianças, sendo forçados a buscar esses dois direitos fundamentais nas cidades circunvizinhas, em Sousa-PB ou em Aparecida-PB.

Quanto à moradia, as obras de construção das casas foram embargadas a pedido do Ministério Público, paralisando devido ao atraso de contrato com a Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos da Reforma Agrária da Paraíba Ltda. (COPTERA), a qual começou as obras em 2014, com um prazo de entrega estabelecido em 01 (um) ano, no entanto, já se

passaram 03 (três) anos. Idosos que tinham prioridade na construção das casas, ainda permanecem nas barracas¹⁶. Da mesma forma o acesso a água também se configura uma luta permanente, segundo Ragaela (2014, p. 41): “Apesar de terem conseguido pagar a abertura da tomada d’água, muitos assentados não tiveram condições para comprar o material para fazer a ligação da tomada até o seu lote”. Tal realidade resulta da negligência do Estado na efetivação de políticas que garantam o abastecimento de água nos assentamentos, como também do saneamento básico e da coleta de lixo. Sendo essas necessidades apresentadas pelas mulheres que participaram das rodas de conversas promovidas pelo o Projeto de Intervenção do estágio¹⁷ realizado no Assentamento Nova Vida I.

A conquista do PA Nova Vida I é fruto do esforço de mulheres que se agregaram e lideraram a luta pelo acesso, não somente à terra, mas a todo o conjunto de direitos sociais que lhes são negados. Logo, a pesquisa realizada poderá levar ao entendimento das reais motivações que direcionaram as 05 (cinco) mulheres entrevistadas a participarem desse processo, abraçando a luta cotidiana no assentamento.

Para Ramos (2002) existem três elementos que contribuem para que os sujeitos saiam do âmbito da singularidade e alcance o humano-genérico. Assim, a necessidade, a vontade e a consciência, são elementos indispensáveis na construção da ação coletiva. Pela necessidade, os sujeitos se agrupam para lutarem por interesses coletivos no intuito de alterar as necessidades humanas. Já a vontade é caracterizada como um componente impulsionador, levando-as a agir coletivamente. Porém, esse agir não é fruto meramente de uma vontade desenraizada da realidade, é resultado das relações sociais e das tensões que a envolve. A consciência, por sua vez, é capaz de conduzir os sujeitos a lutarem pela construção de uma nova sociedade, portanto, o processo de construção de consciência é complexo, por sofrer com as determinações societárias de ordem econômica, política e social, com os entraves do

¹⁶ [Informação verbal]. Dado fornecido por Edglêne Ribeiro Martins, Secretária da Associação do Assentamento Nova Vida II.

¹⁷ O estágio supervisionado propôs como atividade avaliativa da disciplina Seminário Temático II, a elaboração e implementação do projeto de intervenção “Participando sem medo de ser mulher,” no qual teve como objetivo possibilitar a discussão sobre a categoria gênero, a produção e soberania alimentar com as mulheres que estavam inseridas no Projeto Fomento Mulher do Governo Federal no Assentamento Nova Vida I. As atividades propostas pelo Projeto de Intervenção foram rodas de conversas. Na realização das mesmas as mulheres apresentaram três demandas coletivas para a comunidade como a reutilização da água, pois o assentamento sofre com a falta desse líquido preciso não apenas na produção, mas também para o consumo humano, pois muitas famílias ainda moram em barracas e não possuem a cisterna do Programa Um Milhão de Cisterna do Governo Federal (PIMC), contando apenas com a solidariedade de outras famílias para ter acesso à água de beber. A segunda demanda está relacionada ao lixo produzido pelas famílias da comunidade, sendo esse depositado em qualquer espaço por não ocorrer à coleta seletiva do lixo pela Prefeitura do Município de Aparecida. Enfim a terceira refere-se à utilização em larga escala de agrotóxicos pelos agricultores do assentamento.

cotidiano, como o corporativismo, a despolitização e o comodismo. Todavia, o processo de construção da consciência política exige a ruptura com esses entreves.

No processo de formação do acampamento Nova Vida I, evidencia-se alguns desses fatores mobilizadores:

A **dificuldade** na rua, chegamos à rua não tinha casa própria, não tinha uma moradia, uma moradia da gente, aí a gente, me senti na **vontade** de morar e criar meus filhos no campo como eu foi criada (Flor da Jurema).

Ocuparam num dia no outro eu fui e logo de cara me chamaram pra participar como liderança, por que viram em mim uma liderança e eu aceitei porque **eu queria sair com meus filhos da cidade** e achava que a reforma agrária fosse o futuro pro meus filhos. Com o tempo eu vi que infelizmente há muito empecilho pra gente chegar até o final (Violeta da Caatinga).

O depoimento da Flor da Jurema revela a moradia como uma necessidade substancial para sua vida e de sua família, pois morar na periferia da cidade, sem uma casa própria, descortina inúmeras dificuldades permeadas pela escassez de bens e serviços que são indispensáveis para a subsistência dos indivíduos. Desse modo, a necessidade de ter terra e moradia se integra à vontade de criar os filhos no campo, articulando-se a uma experiência vivenciada por Flor da Jurema. Já Violeta da Caatinga apresenta a vontade com fator mobilizador: “eu queria sair com meus filhos da cidade.” Nesse caso, a vontade também se articula com a necessidade de morar no campo, tendo moradia e terra para plantar.

Para Guimarães (2016), esses elementos são grandes impulsionadores não só da ação coletiva, mas também são constitutivos do processo de consciência de classe, contudo, mesmo reunidos, não sinalizam de imediato a mobilização para uma ação coletiva.

Outro elemento é apresentado nos estudos de Ramos (2002), abordando a paixão, em termos gramscianos, expondo-a como fator mobilizador na construção da ação coletiva.

Um **sonho** muito grande porque eu nasci na roça (Violeta da Caatinga).

A principal razão de ter indo pra ai na época, foi **porque meus pais viveram da agricultura** e eu tinha essa visão que eles tinha, da gente ter um pedacinho de terra pra plantar, de viver no sitio com a vida mais tranquila, sair da cidade. Eu na época não tinha um emprego, meu marido trabalhava fora, ele trabalhava até no carro do lixo. Então **a gente tinha um sonho de ter uma terra de plantar e viver da agricultura**. Eu fui motivada por isso pra realmente viver da terra pra plantar e viver da agricultura (Flor de Mandacaru).

A Violeta da Caatinga nasceu e trabalhou por muito tempo no campo com sua família, submetendo-se a relações de exploração pelo dono da propriedade, sem direitos à terra, essa

foi expulsa, sendo obrigada a ir morar na cidade. Desse modo, o retorno à vida do campo se tornou um sonho que se vincula à paixão, bem como, a Flor de Mandacaru expressa em seu depoimento a paixão e a vontade como fatores que a levou a mobilizar-se e participar da ocupação das terras do Pivas, destinado a Reforma Agrária.

A paixão é um ingrediente que dá sabor no processo de construção da ação coletiva, sendo essa também, um elemento fundamental para que ocorra a materialização da vontade no nível da ação política (RAMOS, 2002).

Vislumbrando o processo de luta do assentamento Nova Vida I, é necessário entender como se estabeleceu dentro desse, a participação coletiva dos sujeitos sociais, precedida pelo processo de consciência definido por Iasi (1999, p. 11-12), como “forma preliminar e introdutória, como um desenvolvimento dialético, em que cada momento traz em si os elementos de sua superação, em que as formas já incluem contradições [...] de maneira que o movimento se expressa num processo que contem saltos e recuos”. Pensando nesse processo como algo vivo, que está em constante movimento, envolvido de contradições, avanços e retrocessos.

O autor discute o processo de consciência, negando a concepção de um estado de não consciência, assim sendo, não podemos afirmar que existem pessoas sem consciência por “entender o fenômeno da consciência como um movimento e não como algo dado” (IASI, 1999, p. 12). O que ocorre é o amadurecimento da consciência por fases, através de formas, que na medida em que rompe uma, gera outra forma de consciência, superando a perspectiva linear desse processo (IASI, 1999).

Iasi (1999), classifica em três, as formas de consciência: a primeira, tem como ponto fulcral a alienação, compreendendo que essa é a manifestação inicial da consciência, em que o indivíduo compreende o mundo e as relações sociais a partir do imediato, daquilo que lhe é dado, do aparente, estando disposto a generalizar uma realidade particular, naturalizando-a, tornando-se um terreno fértil para o plantio da ideologia alienante. Porém, o sujeito que está inserido na primeira forma de consciência, vivencia algumas contradições entre os valores que recebeu e a realidade concreta. Nesse sentido, o sujeito começa a visualizar a injustiça presente na realidade, provocando uma revolta que pode levar para a segunda forma de consciência.

A segunda forma, a consciência da reivindicação, tem como predisposição a vivência em grupo, visto como algo solitário e isolado, que passou a ser identificado como realidade vivida por outras pessoas (IASI, 1999). Para exemplificar esse pensamento do autor, observando um trabalhador sem terra, submetido a uma relação de exploração e subserviência

com o patrão, em determinada circunstância, pode reconhecer em outros trabalhadores a mesma condição, essa revolta pode levar a integração desse trabalhador a um grupo de trabalhadores sem terra e, no grupo, começar a desenvolver ações, como a mobilização para uma ocupação de uma propriedade, superando a injusta concentração de terra. Dessa forma, “ao identificar as semelhanças nas condições de vida, ou de algum aspecto dela, os indivíduos podem desenvolver uma *identidade*¹⁸ e uma *consciência reivindicatória*, que deriva numa *ação grupal reivindicatória*” (DURIGUETTO, 2011, p. 103 grifos da autora). Na consciência da reivindicação, os/as trabalhadores/as têm uma identidade, são todos sem terra, e reconhecem a desigual distribuição de terras, mas não têm conhecimento da raiz da questão agrária no país. Destarte, existem contradições na segunda forma de consciência, manifestada nas relações que ainda se baseiam no imediato, porém, não mais sob o indivíduo, mas na perspectiva do grupo, mediante as relações que antes eram naturalizadas, mas que agora são questionadas, levando-os a um grau de avanço na direção da consciência de classe (IASI, 1999).

Para Iasi (1999), outra contradição é que apesar de “consciente”, o indivíduo que vivencia o estágio da consciência da reivindicação, ainda age sob influências dos valores da primeira forma de consciência. Portanto, é bastante comum a tendência da estagnação ou do retrocesso, um retorno à alienação.

A referida tendência está presente no cotidiano da vida das mulheres assentadas:

Agora esfriou muito (as mulheres) devido lutaram muito e não vê resultado, o resultado daqui é muito pouco e [...] as mulheres se cansaram, como eu estou cansada tem muitas; a pessoa vai e não vê resultado, volta, volta de novo e não vê resultado e cansa as mulheres [...] **estão esmorecidas, antigamente fechavam completamente as portas ou a lona e nós aí, mas hoje é diferente já se acomoda um pouco por causa que luta e não vê resultado.** Vai lá e só vê muita conversa e nada, resolveu lá, mas quando chega aqui no outro dia nada (Flor de Catingueira).

Na fala da Flor de Catingueira, evidencia-se que as mulheres vivenciam a segunda forma do processo de consciência, sendo que suas contradições, ora apresentadas, não estão deslocadas da realidade em que se vislumbra no assentamento Nova Vida I. A contradição da consciência de reivindicação, denominada de estagnação, conforme define Iasi (1999), como “espectadora passiva de forças que não controla, vive uma realidade da qual desconhece as raízes e o desenvolvimento, acabando assim submetida por ela, ainda que mantenha na forma os elementos questionadores da segunda forma de consciência” (IASI, 1999, p. 32). Desse

¹⁸ Sendo salutar o destaque de que não compartilhamos de nenhuma concepção de identidade descolada da dimensão de classe social.

modo, as mulheres até questionam a negação de direitos e a ineficácia da política agrária, mas não conseguem manter a luta por não conhecer os verdadeiros entraves que bloqueiam a sua organização no assentamento.

Segundo Flor de Catingueira, o cansaço é fruto da ausência de conquistas de uma luta que foi coletiva, mas não teve resultado, dando um saldo de comodismo e conformismo na vida das mulheres assentadas, levando-as a naturalizar as derrotas de cada luta, que favoreceram a classe dominante. Assim, diante da resposta negativa, as mulheres acionam valores da primeira forma de consciência.

Iasi (1999), apresenta a luta sindical, popular e dos movimentos de mulheres, etc., como uma luta clássica da consciência da reivindicação, por serem instrumentos políticos próprios dessa forma de consciência, através da identidade de grupo e pela defesa dos próprios interesses, no entanto, esses são mecanismos permeados de limites. Pensando na organicidade do PA Nova Vida I, no que se refere a duas associações ali existentes, constituindo instrumentos de organização política da comunidade, divididas em dois grupos, que se confrontam constantemente. São grupos que não se reconhecem enquanto classe trabalhadora, passando a lutar pelos objetivos das famílias de cada associação, e não pelos interesses de toda coletividade, sendo esse, um grande entrave para a passagem da *classe em si*, para a *classe para si*.¹⁹

A consciência da reivindicação busca apenas a solução imediata de um problema, querendo atender um objetivo, tal como se reflete na fala da Violeta da Caatinga:

Eu vi que era uma luta valida, [...] Então **eu via que a gente podia chegar num objetivo que era botar a comida na mesa e criar os filhos**. Então eu achei que assentamento de reforma agraria, essa luta também a gente ia conseguir. Mas infelizmente a corrupção e muita politicagem impede hoje da gente conseguir o que a gente quer em assentamento. Então fica muito difícil... muito difícil, tanto que hoje eu não tô mais participando da luta, tenho muita vontade... muita vontade, mas devido a tantas coisas erradas que a gente ver, de que a gente passou, entendeu? [...] deixa a gente desestimulado não dar ânimo pra gente lutar mais pelo sofrimento e pela demora também.

¹⁹ Segundo os estudos de Duriguetto *et all* (2011), Marx faz a distinção entre a classe em si e a classe para si, no qual a classe em si é constituída pela população que sua condição social está vinculada ao seu papel no processo produtivo e sua organização política encontra-se na defesa de seus interesses. Assim, refere-se unicamente a existência de uma classe. Já a classe para si, se caracteriza pela sua organização política em defesa dos interesses não apenas de uma classe ou categoria, mas da classe trabalhadora. “Como afirmamos, „em si“ e „para si“ representam duas dimensões, na constituição e na análise das classes sociais, e não um „antes e depois“ de uma „suposta tomada de consciência.“ Condição social (classe em si) e organização para luta (classe para si) representam uma relação dialética do desenvolvimento das classes [...]” (DURIGUETTO *et all*, 2011, p.99).

Em vista de atingir um objetivo, que é ter uma terra para plantar, garantindo a subsistência dos filhos, a luta parece válida. Mas, é dificultada pela corrupção e politicagem que está relacionada a um limite do instrumento político (associação), utilizado pelos/as assentados/as para fortalecer a sua luta. O processo lento e sofrido da luta faz com que ocorra o desestímulo e a desmobilização, provocando o desânimo nos militantes, assim, a luta torna-se desacreditada, sendo até abandonada pelos seus.

A Violeta é uma das mulheres que se viu obrigada a deixar o assentamento após 12 (doze) anos de luta na terra. Em seu depoimento, é visível o retrocesso, pois momentos depois ela afirma que: “francamente eu não tenho mais coragem de enfrentar uma luta [...]”. E acrescenta:

Se hoje me chamasse para um movimento pra ganhar qualquer coisa em questão eu não iria mais, não exporia mais os meus filhos e a minha família como teve noites de escurecer e amanhecer numa BR vendo a hora ser morta, sendo jurada de morte, no sol quente e com meus filhos passando sede e até fome ali. Hoje eu não faço, [...] (Violeta da Caatinga).

Ao falar da sua militância no grupo, Violeta demonstra que não se sente motivada, diante das condições objetivas no âmbito da luta, se posicionando contra a mobilização popular. Tal posicionamento pode revelar um possível retrocesso, em que a mulher recua para a primeira forma de consciência, não se reconhecendo mais como trabalhadora sem terra, pois para essa a luta parece ter perdido o sentido, negando assim, todo processo que a trouxe até a consciência em si.

O grande limite da consciência da reivindicação, para Iasi (1999), é que mesmo a luta tendo resultado vitorioso, como por exemplo, as greves, a categoria grevista após o período retorna o trabalho com os objetivos atendidos, porém, estão novamente aptos a revalidar as relações de exploração e dominação em que eram submetidos anteriormente. Esse limite constata-se na entrevista supracitada, após a posse da terra, pairam o comodismo e resignação dos/as trabalhadores/as, dificultando a organização política da comunidade. Assim, “não é de estranhar que a consciência do nosso tempo caia no atual atoleiro da acomodação à ordem do capital como um destino inescapável” (IASI, 2012, p. 33). Logo, processam-se ataques de todas as formas contra a classe trabalhadora, como forma de desarticulá-la e despolitizá-la, nesse âmbito, a alienação e comodismo, no processo, só vem a “calhar.”

Para que a consciência supere a alienação e a ideologia dominante, é indispensável a eliminação da divisão sexual do trabalho, subtração essa que não parte apenas de um desejo da consciência, mas da ação concreta dos/as trabalhadores/as (CISNE, 2014).

Nesse sentido, o processo de luta revolucionária, necessita que a classe trabalhadora assuma a consciência de classe em si, mas é imprescindível ir além, a classe para si. Só assim, ocorrerá a superação da perspectiva de defesa de interesses, meramente de grupo e, avança para a dimensão organizativa de classe, transformando a sociedade vigente, sendo essa uma tarefa histórica. “É na própria constatação de que a sociedade precisa ser transformada que se supera a consciência da reivindicação pela transformação” (IASI, 2012, p. 34). Chegando a terceira forma de consciência, a consciência revolucionária, nesse estágio, o protagonista da revolução é a classe, a consciência não cabe mais apenas na dimensão limitada do pensamento, contudo, estende-se para o campo da prática (IASI, 1999).

Ressalta-se ainda, que as classes se materializam a partir das relações sociais que são estabelecidas entre os sujeitos sociais, que os dividem, atribuindo papéis diferenciados, como os que detém os meios de produção e os que possuem a sua força de trabalho para ser vendida, bem como, a conduta das classes advém das relações: familiar, hierarquia de sexo, idade e demais estruturas que moldam os sujeitos sociais (IASI, 2012).

Nessa lógica, não dá para pensar o processo de consciência desvinculado da realidade concreta, onde as relações sociais são estabelecidas em sociedade, tão pouco afastá-las do mundo do trabalho, espaço que se intensifica a relação de exploração e desigualdade entre as classes.

3.2 A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO ASSENTAMENTO NOVA VIDA I

Antes de adentrar na discussão sobre a divisão sexual do trabalho, faz-se necessário, para melhor esclarecimento das ideias, sumariamente, em um breve e indispensável diálogo sobre a categoria trabalho, definida por Marx como: “[...] um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (ANTUNES, 2013, p. 32), no qual parte do pressuposto de que a natureza é o objeto que incide o trabalho e que esse é uma atividade teleologicamente planejada por homens e mulheres, realizado, mediante o manuseio de instrumentos, que visam transformar o processo de trabalho em uma finalidade última, cujo objetivo é atender a uma necessidade, explícitas nas palavras de Marx, como aquisição de valor de uso. Considerando que posteriormente esse processo se torna complexo com a valorização do objeto, que deixa de ser visto apenas como algo que atenda a uma dada necessidade, passando a ser mercantilizada, adquirindo valor de troca. Assim, o capitalista se apropria das mercadorias para comercializá-las.

Conforme Antunes (2010), as mudanças sofridas no mundo do trabalho são consideradas profundas, por serem consequências daquelas enfrentadas pelo capitalismo, em especial, por se tratar de mudanças na estrutura da produção, sendo que essa afeta diretamente a classe trabalhadora. Dessa forma, a crise estrutural do capital, nos anos 1970, levou os capitalistas a implementarem medidas drásticas, como o processo de reestruturação do capital. Esse processo se deu para que o capital recuperasse o seu ciclo de reprodução. Tal iniciativa atingiu o mundo do trabalho, especialmente a classe trabalhadora, no que concerne à sua organização sindical. Com a reestruturação produtiva, de forma acelerada, ocorreu a privatização de empresas estatais, terceirização e flexibilização das relações de trabalho.

As mudanças no mundo do trabalho, advindas da reestruturação produtiva provocaram impactos profundos na divisão sexual do trabalho, principalmente, no trabalho feminino. Para Antunes (2009), houve um aumento de 40% da utilização da força de trabalho feminino pelo capital em países avançados e o ingresso das mulheres no trabalho *part time*, caracterizado pela precarização e desregulamentação dos direitos trabalhistas. Isso reflete nas condições em que a força de trabalho feminino é submetido, estando explícita na disparidade salarial em relação aos homens.

A divisão sexual do trabalho instalou-se no meio da miséria que atingia os/as trabalhadores/as rurais, sendo que mesmo no processo de proletarização, o homem foi privilegiado e à mulher coube apenas a condição de lumpemproletária (SAFFIOTI, 1983). Historicamente, a força de trabalho feminina foi barateada, no intuito de atender, exclusivamente, aos interesses do mercado.

Segundo Antunes (2009), enquanto os homens ocupam espaços a onde a tecnologia é avançada, com maior presença do “capital intensivo”, as mulheres ficam restritas a áreas em que prevalece a necessidade do “trabalho intensivo”, uma tarefa repetitiva e manual. Na divisão sexual do trabalho, operada pelo modo de produção capitalista, é visível a exploração que ocorre no chão da fábrica, no salário inferior para as mulheres que ocupam o mesmo trabalho que os homens. Segundo o Departamento Internacional de Estatística e Estudos Socioeconômicos:

A presença feminina em boa parte da estrutura ocupacional das áreas metropolitanas onde existe relativa igualdade entre os sexos parece contribuir pouco para o alcance da equidade. Isso pode ser percebido com as diferenças relevantes entre os ganhos de homens e mulheres, que persistem mesmo quando a inserção se dá em grupos com ocupações homogêneas (DIEESE, 2014, p. 4).

A pesquisa refere-se aos dados dos anos de 2012 e 2013, publicados em 2014, a qual revela que mesmo com avanços nos últimos tempos, principalmente, nas grandes cidades do país e com a abertura de postos de trabalho femininos para as mesmas ocupações exercidas pelos homens, não se altera a condição salarial, as mulheres permanecem ganhando menos que os homens.

A expansão exacerbada do trabalho feminino, reflete diretamente no lucro que vai para o capitalista, que se apropria da força de trabalho feminina, barateada pelo capital no mercado de trabalho, expondo-a à precarização, terceirização e informalidade, expressa também na longa jornada de trabalho. Entretanto, em nota de rodapé utilizando as expressões do jornal Le Monde, Antunes (2009) identifica que as mulheres trabalham mais do que os homens, em todas as sociedades. Essa desigualdade se intensifica, especialmente e particularmente, nas zonas rurais dos países em desenvolvimento. Nos países centrais, essa disparidade ocorre, mas em menor escala (LE MONDE, 1999. “Bilian du Monde”, p. 19, Fonte: PNUD 1998 apud ANTUNES, 2009).

Assim, ratifica-se que as mulheres têm uma dupla jornada de trabalho, pois além de assumir uma atividade no mercado de trabalho, ainda são responsáveis pelo trabalho doméstico. Assinalando esta realidade na vida da mulher camponesa, percebe-se uma tripla jornada de trabalho, pois essa exerce uma atividade no mercado de trabalho, no campo e no trabalho doméstico, intenso nos sete dias da semana: ela cuida da casa, da alimentação, da criação de animais, da roça e dos filhos. Enquanto o homem fica apenas com os trabalhos do campo. Nota-se nitidamente nos seguintes depoimentos:

Mas ai dentro do assentamento as mulheres iam para roça, trabalhavam na roça até certas horas ou até a hora em que o homem estivesse lá e quando vinha pra casa (eu vivi isso dentro da minha casa com meus pais) **quando eu chegava em casa meu marido ia se deitar porque ele já tinha feito a parte dele e ali eu tinha que lavar a louça, arrumar a casa, fazer o almoço pra quando tiver tudo pronto ele ia e almoçava e ele voltava pra roça e eu tinha que voltar igual.** Então, há uma sobrecarga, né? Aí muitas mulheres cozinhava a lenha, mas tinha que pegar a lenha no mato, cortar e buscar a lenha. Tinha que moer milho, tudo isso era nós. Sim, a gente pegava a água nos açudes (Flor de Mandacaru).

[...] dentro de casa mesmo ele nem mesmo uma garrafa de água ele bota na geladeira. Eu tiro um dia pra lavar roupa, é tanto que quando eu tô trabalhado eu lavo roupa de quinze em quinze dias por que eu me interto muito na roça, amanhece o dia eu vou mais ele pra roça, aí quando eu chego de 11:30h pra 12:00h é que eu faço o almoço, 2:00h da tarde eu e ele volta pra roça e volta de 5:00h, quando eu chego alguma coisa que eu não fiz por que não deu tempo, faço, todo dia é assim. **Se ele tá fazendo cerca eu tô ajudando. Tudo que ele vai fazer eu tô ajudando, ele cava o buraco eu tô lá tirando a terra, se ele estica o arrame eu estou sempre com ele ajudando,** eu o ajudo em tudo, em tudo, muita gente se admira do meu trabalho... **ele chega em casa e se senta aí nesse sofá ou se deita, arma uma rede**

debaixo daqueles pés de pau e pronto. Quando eu faço o almoço aí ele vem almoça, deita de novo e quando chega a hora ele vai e tem que ser feita alguma coisa pra eu ir no pé dele ajudar ele (risos...) (Flor da Catingueira).

Constata-se na fala das entrevistadas, tanto a desigualdade na divisão sexual do trabalho, como a invisibilidade e exploração do trabalho doméstico, ambos corroboram para funcionalidade do capital e do Estado e a naturalização de que este seja, necessariamente, um trabalho feminino. Nessa lógica o trabalho doméstico, um trabalho não pago assegura a reprodução dos trabalhadores pela exploração das mulheres. “O que permanece constante, independente do grau de desenvolvimento do capitalismo, é a injusta divisão de trabalho segundo o sexo [...]” (SAFFIOTI, 1979, p. 44).

Essa visibilidade se manifesta expressivamente no campo devido as relações sociais que ali são estabelecidas:

A generalizada ausência de reconhecimento dos diversos tipos de trabalhos desenvolvidos pelas mulheres é parte constituinte da dinâmica da relação de gênero. No meio rural, um indicador dessa invisibilidade é o elevado número de mulheres caracterizadas como trabalhadoras sem remuneração (RUA; ABRAMOVAY, 2000, p. 152).

As camponesas assumem os mais diversos tipos de trabalho, porém, são reconhecidos apenas como “uma ajudinha”. Mesmo quando essas realizam algum trabalho remunerado, o seu salário é tido apenas como uma simples “ajuda” e ao homem é destinada a maior parte (CAMURÇA; GOUVEIA, 2004). Nisso, a mulher tem uma jornada de trabalho exaustiva e intensa, marcada pelo trabalho remunerado e o não remunerado dentro de casa, entretanto, lhe cabe a menor parte do dinheiro. De acordo com a Flor de Mandacaru:

[...] na questão do **dinheiro, o homem fica com a maior** parte [...].

Compreende-se que essa desigualdade não se encontra apenas no menor salário para as mulheres, mas é resultado de uma construção social, em que as relações sociais são hierarquizadas, atribuindo à mulher a imagem de fragilizada, submissa e dependente do homem. Desse modo, as relações sociais tecidas nas diversas sociedades são atravessadas pelo poder e dominação do sexo masculino sobre o feminino.

Cisne (2014) apresenta uma pertinente discussão sobre as relações entre classe e sexo:

[...] Compreendemos, assim, que „a classe operaria tem dois sexos“ (Souza-Lobo, 2011), do contrário, como podemos explicar que as mulheres estão nos postos de trabalho mais precarizados e mal remunerados? Como explicar a persistente divisão

sexual do trabalho, que não apenas diferencia o trabalho feminino do masculino, mas gera desigualdades entre homens e mulheres pertencentes a mesma classe? Como explicar a jornada intensiva e extensiva de trabalho e o não reconhecimento/desvalorização do trabalho doméstico/reprodutivo? (CISNE, 2014, p. 25).

O debate sobre gênero não pode ocorrer separado da classe social, entendendo na perspectiva de que a classe operária possui dois sexos. A referida citação reafirma o que foi abordado anteriormente, no tocante à precarização dos postos de trabalhos feminino, mas o agravante é a divisão sexual do trabalho, geradora de desigualdade, opressão e machismo nos membros da mesma classe social, se complexificando com a desvalorização do trabalho doméstico, até em alguns casos, pelas próprias mulheres, na condição social em que estão inseridas e não sendo alheias a cultura machista, reproduzem seus pensamentos.

[...] Pra visão do homem ele deixa a mulher sobrecarregada, mas na visão da gente que entende mais um pouco **o homem fica mais carregado do que a mulher**, porque se pensar e pensar no futuro tem homem que quando fica sem a companheira ele também se acaba, ele não tem como enfrentar, por que eles se dividiram. Então quando ele pensa que a mulher não é capaz de resolver a carga horaria, a mulher sabe dividir muito bem e o homem não tem essa capacidade (Violeta da Caatinga).

Diante da fala de Violeta, é perceptível o poder de indução da ideologia dominante que manipula os indivíduos. Assim, essa mulher não pode ser responsabilizada por reproduzir o machismo, tal postura é resultado do contexto social e das relações sociais, no qual está inserida. Para Cisne (2014), a ideologia dominante penetra na consciência dos indivíduos, produzindo a alienação e naturalizando as relações de exploração. Por outro lado, tal postura faz parte da lógica da mulher ser cuidadora de todos na família, menos dela mesma.

A divisão do trabalho é a “mola propulsora do sistema patriarcal” (CISNE, 2014, p. 84). Nisso, não deve ser naturalizada muito menos entendida como algo de base complementar e de reciprocidade entre os homens e as mulheres, de fato, é uma relação de domínio, por atender as determinações sociais e a interesse exclusivos dos homens e do capital, caracterizando uma desigualdade (TABET, 2005 apud CISNE, 2014).

Ademais, a família, tanto perpetua a divisão desigual do trabalho, como também é lugar de exploração da mulher, agregando ao trabalho fora de casa. Em ambos os espaços de trabalho, incide sobre o trabalho feminino a desvalorização e exploração, presidida pela precarização do trabalho (CISNE, 2014).

Nesse cenário, são visíveis as relações de poder que inferiorizam a mulher, numa tentativa de torná-la submissa ao homem. Primeiro, pelo pai, depois pelo esposo. Se há uma

invisibilidade da mulher, ao longo da história, essa realidade se intensifica quando se trata da mulher camponesa. Elas são invisíveis nessa sociedade classista, machista e opressora, que as obrigava a casar, também por ser considerada algo que complementava o homem. Assim, o sexo é algo determinante nas relações de trabalho no campo. Essa relação não é uma determinação natural, mas se origina de interesses dominantes para atender e garantir a reprodução da propriedade privada e a força de trabalho (CISNE, 2014).

Em um contexto de negação de direitos da classe trabalhadora, especialmente das mulheres, faz-se imprescindível o processo de organização das mesmas, no tocante à ação política coletiva, por ser essa indispensável no processo de formação de consciência.

Em seus estudos, Cisne (2014) apresenta fatores que são necessários na formação da consciência das militantes feministas, como o “sair de casa”. Sabendo que não é simplesmente uma questão física, esse representa a desnaturalização, em que atribui a mulher toda responsabilidade do trabalho doméstico, igualmente, superar a dualidade entre o público e o privado, ocasionado pela divisão sexual do trabalho, a qual define o privado/casa como espaço feminino e o público/fora de casa, o lugar do homem.

O depoimento de Flor de Mandacaru é permeado por esse fator:

A minha maior dificuldade foi dentro de casa, o meu esposo não deixava, não queria, tinha aquela coisa do machismo e eu vi isso acontecer com várias amigas minhas, eu vi isso acontecer com várias...várias mulheres dentro do assentamento que **os maridos não deixava viajar, não deixava ir pra reunião, os maridos não queria que elas participassem e que viajassem pra fora** pra conversar e pra crescer em outras coisas. Isso aí eu sofri muito em casa, muito, muito, muito... é tanto que tinha dia que eu ia fazer uma reunião, mas quando eu ia fazer a reunião eu ia engolindo o choro, saído de casa trancada, sabe? Por que as vezes ele dizia: tu vai, mas tu não vai mais entrar aqui, tu não volta mais pra cá porque eu não te quero mais, tu tem que escolher: ou a reunião ou eu? Então eu ia com aquele negócio na minha mente, mesmo que quando eu voltava a gente discutia, ele brigava, falava; eu ficava em casa numa boa, mas antes de eu ir ele tinha isso (Flor de Mandacaru).

O principal entrave que impede com que as mulheres rompam com o ambiente doméstico, em sua maioria está representada na figura do companheiro, que conserva a ideia de que o lugar da mulher é dentro de casa, cuidando dos filhos e do esposo. Um pensamento machista e patriarcal, que se intensifica cada vez mais no campo, o homem é o “dono”, mas é a mulher que deve cuidar da casa. Nessa relação de propriedade é importante ressaltar que a mulher também é um objeto de posse do homem.

[...] **ele é o dono da casa**, só ele é que pode trabalhar na roça e chegar em casa tem que estar tudo nos conformes bem limpinho, bem organizado pra ele tomar um banho, comer e dormir (Flor da Jurema).

E acrescenta a Flor de Jurema:

O homem sempre diz que **a mulher é pra cuidar da cozinha mesmo**, aí a gente achava que assim que tinha que ser e o homem sempre diz: a mulher é medrosa, a mulher tem que ficar dentro de casa mesmo. Fique lá dentro de casa fazendo seus afazeres.

Segundo os dados da pesquisa de Cisne (2014), o “sair de casa” foi o fator mais enfatizado pelas mulheres do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), por essas sofrerem mais com o enclausuramento doméstico do que mulheres de outros movimentos feministas.

Para vivenciar a experiência de sair de casa, as mulheres criam algumas estratégias, como a participação em movimentos e organizações da comunidade e, para evitar conflitos com o esposo, realizam as atividades domésticas com antecedência, adequando-as aos horários possíveis de participação. Quando ocorre a negação do direito da mulher, por parte do companheiro, assinala-se o conflito (CISNE, 2014):

Ô! tu não vai pra reunião, tu não vai viajar, tu não vai participar... e eu dizia: não, eu vou, eu vou porque eu quero e isso é importante pra mim e eu vou. Ah! Então eu vou te deixar. Ai! então tu quem sabe, se vai mim deixar ou não! Mas eu vou (Flor de Mandacaru).

Sabendo da influência que o casamento tem sobre a mulher, especialmente pelo poder que foi atribuído ao homem, ao longo da história, reafirmando o pensamento machista e conservador, quando tenta silenciar e acorrentar as mulheres em nome do vínculo conjugal, seja esse civil ou religioso, muitos esposos têm usado dessa instituição para limitar sua companheira. Fato notório nas falas das mulheres assentadas, na condição de casadas, deixaram explícito que os relacionamentos com os cônjuges muitas vezes as condicionam: “se você for, eu vou te deixar.” Assim, o impedimento de sair de casa tem sido um agravante na vida dessas mulheres, uma realidade que se manifesta até no estudo como referenciaram nas entrevistas:

[...] **não vai sair mais pra estudar à noite porque tu é casada**, tu tem teus filhos e teu marido [...] (Flor de Mandacaru).

Nesse caso, se faz necessário estabelecer um conflito. Pelo embate, a mulher passa a lutar e questionar as estruturas que pesam sobre ela, favorecendo a ruptura com a alienação e

com a ideologia dominante. Assim, o sair de casa está ligado à autonomia da mulher (CISNE, 2014), em poder expressar: “isso é importante pra mim e eu vou”, criando novas relações que se baseiam no enfrentamento à desigualdade de gênero.

Em conformidade, é importante ressaltar que a militância em um movimento social contribui bastante para que as mulheres adquiram autonomia. Pela declaração da Flor de Mandacaru é compreensível tal afirmação:

Às vezes eu viajava pra resolver as coisas fora, João Pessoa, Campina, Cajazeiras, Garanhões, esses lugares assim eu ia e quando eu chegava em casa não tem um dia pra mim não brigar com meu marido, eu encontrava cara feia, era briga e era semanas e semanas. Graças a Deus que isso me fez crescer como mulher, **eu tomei autoridade e autonomia das minhas próprias decisões, criei autoridade e autonomia de mim mesma e das minhas vontades**, eu aprendi a vencer. Eu era mulher submissa ao meu esposo, mas eu também tinha meus desejos as minhas decisões e da forma que eu respeitava ele em tudo em que ele fazia ele tinha que me respeitar também no que eu fazia (Flor de Mandacaru).

A Flor de Mandacaru explana que a partir de seu ingresso na associação da comunidade, o seu companheiro a recebeu com desavenças provocando desentendimentos entre os dois. No entanto, ela não desistiu, ao contrário, tornou-se dona de si e de suas decisões e na condição de uma mulher autônoma se nega a ser submissa ao esposo e exige que esse a trate com respeito.

Cisne (2014), afirma que o sair de casa está relacionado com a capacidade que a mulher tem de perceber-se em outra mulher, pois ao agruparem-se, ambas se reconhecem na mesma condição, assim como, a formação política adquirida no movimento social contribui para a consciência coletiva e para que a mulher construa sua autonomia pela via da militância política no grupo. “A participação em um grupo organizado, no caso, de um movimento social de mulheres possibilita o avanço da consciência de uma rebeldia ou indignação ainda desordenada” (CISNE, 2014, p. 185).

Tais características lembram que a vivência em grupo revela a consciência da reivindicação, como já foi tratado anteriormente, entretanto, é salutar a compreensão de que a consciência em si pode levar a mulher a superar a alienação e a naturalização da dominação masculina, passando à consciência para si, a partir da participação nos espaços de organização política.



“[...] Pois sem mulher a luta vai pela metade/
 Participando sem medo de ser mulher/ Fortalecendo os
 movimentos populares/ Participando sem medo de ser
 mulher.

Na aliança operária camponesa/ Participando sem medo
 de ser mulher/ Pois a vitória vai ser nossa com certeza/
 Participando sem medo de ser mulher”.

(Sem Medo de Ser Mulher, Zé Pinto)

4 A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO PROCESSO DE LUTA, RESISTÊNCIA E CONSTRUÇÃO DO ASSENTAMENTO NOVA VIDA I

“A libertação da mulher é uma necessidade especial da Revolução, uma garantia de sua continuidade, uma condição de seu triunfo” (Samora Machel, líder da Revolução moçambicana).

Entendendo a importância do processo de formação de consciência na militância, cabe esboçar a história dos movimentos de mulheres do campo no país, especialmente no Alto Sertão Paraibano. Em seguida, apresentar-se-á os entraves que impossibilitam ou consolidam a entrada e/ou a permanência das mulheres do assentamento Nova Vida I em suas organizações políticas.

4.1 A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO ESPAÇO DE ORGANIZAÇÃO POLÍTICA NO ASSENTAMENTO NOVA VIDA I

A participação feminina, nas organizações e lutas nasce do processo de consciência de classe, já discutido anteriormente. Desse modo, é incontestável a presença de mulheres nas lutas cotidianas e anônimas, como também nas grandes lutas históricas que foram travadas no Brasil, ainda que sua participação seja invisibilizada.

Para que ocorra a participação política do sujeito social na sociedade é imprescindível a mudança de consciência, esse é o primeiro passo a permitir que o sujeito não se torne indiferente às injustiças que são postas na realidade. Nessa perspectiva, a participação passa a ser coletiva quando as pessoas ingressam num grupo e por algumas circunstâncias são levadas a se organizarem e lutarem por objetivos específicos (DALLARI, 1994 apud BARROS, 2005).

Historicamente, no Brasil, o engajamento de mulheres nos movimentos e organizações do campo foi reconhecido e registrado tardiamente, embora, as mulheres tivessem uma longa trajetória política, participando ativamente das lutas dos agricultores, não eram consideradas como uma representatividade política.

Na década de 1960, com a expansão do capital na agricultura se intensificou a expropriação e a violência sobre os trabalhadores rurais. Essa nova realidade trouxe impactos para a vida da mulher camponesa²⁰, impelindo-a ao enfrentamento contra o capital

²⁰ “A mulher camponesa é aquela que, de uma ou de outra maneira, produz o alimento e garante a subsistência da família. É a pequena agricultora, a pescadora artesanal, a quebradeira de coco, as extrativistas, arrendatárias,

representado no latifúndio, em defesa da sobrevivência sua e de sua família. Passando a lutar não só pela terra, mas pelos direitos sociais, políticos, econômicos e civis, como pela sua valorização e reconhecimento na sociedade (BARROS, 2005).

No período da ditadura civil militar a única organização popular do campo que estava organizada eram os sindicatos, ainda que marcados pelo fechamento político, devido ao contexto da época. No entanto, havia o entendimento de que apenas um membro da família poderia ser filiado, nesse caso, seria o homem. Já no meio urbano, destacavam-se alguns movimentos impactantes na realidade brasileira como o Movimento contra a Carestia e os movimentos feministas pela Anistia. Em São Paulo e Rio de Janeiro foram realizadas articulações e mobilizações por creches e pela melhoria da infraestrutura dos bairros, a maioria delas lideradas por mulheres (SILIPRANDI, 2009).

Conforme Siliprandi (2009), a participação das mulheres nos movimentos sociais rurais, até os anos 1980, se dava pela participação de seus esposos, apenas com a morte desses ou de outro impedimento legal, essas poderiam assumir a luta, com um caráter de continuidade, entretanto, o homem continuava sendo reconhecido e não a mulher.

Assim, a luta de uma mulher se agrega a luta de outras mulheres, e todas pelo único objetivo de reconhecimento dos seus direitos, igualmente a sua militância política e a valorização dessas nos espaços públicos.

Segundo Barros (2005), no Nordeste a participação feminina na luta do campo emergiu historicamente nas décadas de 1950 e 1960 com a participação de mulheres no Movimento das Ligas Camponesas, como por exemplo, da camponesa Elizabeth Teixeira esposa de João Pedro Teixeira, líder do movimento. Ambos fundaram e organizaram a Liga Camponesa em Sapé – Paraíba, sendo considerada a Liga mais organizada do Nordeste. Em 1962, João Teixeira foi assassinado. Após a sua morte Elizabeth torna-se a líder do movimento e símbolo da resistência dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais nos anos 1960, no Nordeste do Brasil (SHUMAHER, 2000, p. 190 apud BARROS, 2005).

Nas décadas de 1970 e 1980, muitos movimentos voltaram a se organizar contra o governo ditatorial. Na Paraíba, a luta no campo se concentrou em torno de dois fatores: o fortalecimento do sindicalismo rural e na luta contra o latifúndio. O campo era marcado pelo pauperismo e a ausência de direitos trabalhistas para os trabalhadores rurais. O governo passou a implementar no Nordeste ações emergenciais, no intuito de combater a seca. No entanto, o que ocorria era a concentração não só de terras, mas também das águas, pois a

meeiras, ribeirinhas, posseiras, boias-frias, diaristas, parceiras, sem terra, acampadas e assentadas, assalariadas rurais e indígenas” (MMC, 2011; *apud* SANTOS, 2012 p. 96).

maioria dos reservatórios não foram construídos na terra do Estado, mas sim na terra dos grandes proprietários.

Nesse sentido, o fenômeno da seca foi um fator que provocou a participação feminina nos movimentos de saques e nas frentes de emergência, em contestação as formas de alistamento e gestão da mão de obra, reivindicando o direito a contratação, bem como o aumento salarial e a proteção previdenciária. Assim, constituíram-se os movimentos de mulheres emergenciadas, em vários municípios do Alto Sertão Paraibano (GUILIANI 1989; apud SOBREIRA 2017). Para além dessas reivindicações, o movimento contou com a presença de mulheres grávidas que foram alistadas para trabalhos extremamente pesados. Assim, a luta das mulheres trabalhadoras rurais se proliferava pelo estado e seguiram para além das secas do sertão.

Quanto ao sindicalismo, ao longo do tempo, os sindicatos rurais na Paraíba estiveram sob a presidência dos homens, salvo a exceção de Margarida Alves que ficou doze anos como Presidenta do sindicato dos trabalhadores/as de Alagoa Grande – PB, mesmo sob ameaças que culminaram na sua morte (SANTOS, 2012).

Com o engajamento na década de 1980, no Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), as mulheres conquistaram a visibilidade ao passo que construíram articulações com a ampla agenda política que estava em defesa dos direitos sociais, políticos, econômicos e civis e da igualdade. Por essa direção, as trabalhadoras rurais se propuseram ao desafio de articular a sua luta às lutas gerais (CONTAG, 2011).

Foi então, a partir da ação política que a mulher começa a fazer mediações quanto a sua condição e o papel que assume na luta pela terra. Nesse processo, o acúmulo de experiência, favorece para que adentre os espaços públicos dando visibilidade à questão de gênero (BARROS, 2005).

Na luta dos sindicatos rurais na Paraíba se destacam algumas figuras femininas, como: Margarida Maria Alves e sua companheira de luta Maria Penha do Nascimento, ambas com naturalidade da cidade de Alagoa Grande-PB.

Margarida Alves, como trabalhadora rural, foi líder sindical, defendeu os direitos dos trabalhadores/as rurais que não vinham sendo respeitados, lutou pela conquista e garantia de direitos dos mesmos, como o pagamento do 13º salário, férias anuais, destinação de duas horas para produção de alimentos e jornada de trabalho de oito horas diárias, sendo que alguns desses direitos já eram garantidos aos trabalhadores/as urbanos. A sua luta, intransigente, demarcou a sua eleição como presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Alagoa Grande-PB. Esse acontecimento foi inédito, apesar das ameaças sofridas sobre

marcas da memória do que foi a Liga Camponesa na Paraíba. Sua coragem e resistência tornou-a renomada nos sindicatos, ademais, foi uma mulher que contribuiu para a construção da consciência cidadã, o fortalecimento da agricultura familiar e para a auto-organização das mulheres do campo, tendo em uma de suas falas expressado que: “é melhor morrer na luta do que morrer de fome.” Contudo, no dia 12 de agosto de 1983, as ameaças de mortes foram concretizadas e Margarida foi assassinada em sua casa (BRASIL, 2006).

Da luta de Margarida Alves surgem no ano 2000, a Marcha das Margaridas, realizada no Distrito Federal pela Comissão de mulheres da Conferência Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), a qual é precedida pelo trabalho de base, fazendo valer a articulação e organização de milhares de mulheres. Assim, conforme palavra de ordem expressa na Marcha de 2015, “o latifúndio matou Margarida, mas eles não sabiam que ela era semente, e margarida se espalhou por todo o recanto do país”.

Os anos de 1980 são considerados a década da efervescência dos movimentos feministas do campo. Época em que é datada a gênese do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) num contexto de formação da oposição ao sindicalismo rural, quando as mulheres camponesas começaram a participar da luta, descobrindo-se como sujeito político dessa luta histórica. Hoje, é um movimento de caráter nacional, que constrói a luta no enfrentamento contra o patriarcado e o grande capital (CISNE, 2014). Para além desse movimento, as mulheres camponesas participam de movimentos mistos como o MST, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Atingidos pela Barragem (MAB), Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Trabalhadoras Rurais da Agricultura Familiar (FETRAF) e da CONTAG.

Ademais, o início da luta da mulher sertaneja é movido pelo feminismo²¹, que se consolidava no Brasil. Ao passo que, em um curto período histórico, se proliferam os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais e nos movimentos mistos, setoriais ou comissões de gênero.

No Alto Sertão Paraibano, a participação da mulher camponesa nos movimentos se deu em torno da questão agrária, com maior expressividade nas organizações populares como grupo de mulheres das CEB's, associações comunitárias e sindicatos rurais, CPT e MST.

Ao analisar o processo de luta do assentamento Nova Vida I, é incontestável a presença de mulheres que contribuíram para que os acampados adquirissem a terra. A fala da

²¹ Feminismo é a ação política das mulheres em favor da transformação das relações de poder entre homens e mulheres, que incide na transformação da sociedade, através do combate às desigualdades, discriminações, opressões e explorações de sexo, com contribuições, teóricas e práticas nos campos da organização política, das leis, dos hábitos e costumes, dos saberes e dos governos (BUARQUE, 2006, p. 8).

Flor da Catingueira expressa a participação feminina, mesmo elas não sendo reconhecidas como uma representação política:

As mulheres eram mulheres guerreiras, [...] conquistou essa terra com as mulheres guerreiras, as mulheres eu acho que **tinha delas que era mais guerreira de que os homens**. Que tinha homem mas. (Risadas).

A conquista das terras das Várzeas de Sousa-PB deve-se a presença ativa e atuante de mulheres que eram lideranças na mobilização da companheirada, estando na linha de frente organizando e defendendo a pauta de luta. O depoimento da Flor da Catingueira se encerra com risos quando a mesma compara a garra das mulheres a dos homens na luta, num gesto como se dissesse que os homens levaram o crédito na luta que elas realizaram.

De fato, segundo o relato das mulheres no processo de luta do Assentamento Nova Vida I, a participação feminina foi mais importante do que a dos homens, isso devido ao comprometimento das mulheres no enfrentamento diário contra as estruturas pesadas que lhes eram impostas:

Mulheres que enfrentaram a luta de fato e de verdade, conheceram muitas dificuldades. Meu Deus não é todo mundo que tem coragem de enfrentar o que aquelas mulheres enfrentaram, o que nós enfrentamos ali desde o início. Luta era muito difícil, muito difícil porque nós precisávamos buscar água, nós não tinha água, nós não tinha banheiro, nós não tinha um lar era debaixo de barraca de lona. Assim, **a participação das mulheres foi fundamental** e na hora de enfrentar a luta de brigar com a polícia e com os fazendeiros a gente foi na frente de tudo e **as mulheres sempre estavam na luta**, sempre estavam participando de dentro mesmo. As mulheres foi muito guerreiras, nós fomos muito guerreiras nessa questão aí. Essa participação das mulheres foi muito fundamental (Flor do Mandacaru).

Segundo a Flor de Mandacaru, as mulheres conheciam mais de perto as diversas dificuldades, sendo essas, resultado da divisão sexual do trabalho, (assunto já problematizado no capítulo anterior). Nisso, demarca que essa participação foi fundamental, tanto na disputa com o poder institucionalizado pelo marido dentro de casa, como pela força coercitiva da polícia e pelo poder econômico, político e jurídico dos fazendeiros. O estar NA FRENTE expressa, para além de uma estratégia do MST, que essas mulheres não tinham reconhecimento político como coordenadoras, mas eram elas que estavam dentro, articulando e organizando os/as companheiros/as. Assim: “Elas aparecem lutando de forma igualitária: estão presentes nos saques, nas mobilizações, sofrem a repressão policial tanto quanto os homens e, ainda servem como um importante elemento estratégico na ocupação” (RUA; ABRAMOVEY, 2000, p. 258). Essa luta igualitária não reflete igualmente na política do assentamento, ocorrendo uma invisibilidade política da mulher.

Segundo Barros (2005, p. 35-36):

A partir dessa inserção na luta, as mulheres trabalhadoras rurais descobrem sua invisibilidade política. Descobrem que além das desigualdades sofridas por pertencer a uma classe, sofrem a desigualdade de gênero, portanto é preciso lutar pelo direito de ser cidadã com as mesmas oportunidades que o homem, afirmando a importância da sua organização específica.

Quando as mulheres ingressam na luta, percebem que não são reconhecidas politicamente. A mulher é eleita e reeleita para funções tidas como “serviço de mulher.” Ao reconhecer essa fragilidade na política, identifica que se faz necessário permanecer lutando para que ocorra a superação da desigualdade de gênero. A tomada de consciência na vida dessas mulheres está também representada no processo de desconstrução de conceitos machistas, pois na medida em que identifica sua invisibilidade política, passa a lutar pelo seu reconhecimento. Logo, a mulher vivencia um processo emancipatório, que busca transformar a realidade em que ela é o sujeito, mas que não tem visibilidade.

Mesmo que as mulheres se reconheçam politicamente, ao se tratar dos cargos de liderança no assentamento é perceptível que a mulher fica nas posições de subalternidade e de auxiliares no trabalho de liderança, assumindo o papel organizativo: arrumar a casa, cuidar da estrutura e etc. A função de coordenar é exclusivamente dos homens, já “as mulheres são coordenadoras das panelas” (RUA; ABRAMOVEY, 2000, p. 268).

Se de um lado a mulher descobre a sua invisibilidade política, do outro ela esbarra na divisão sexual da política, pois a divisão sexual não está presente apenas no mundo do trabalho, essa adentra em outros setores como, por exemplo, a política. São bastante comuns os chamados “tetos de vidro”, metáfora utilizada para expressar interdições da mulher ao espaço da política. As mulheres têm menos oportunidade de participar da luta de que os homens, a essas são negadas o acesso a instâncias como coordenações, e quando se conquista esse espaço, as informações não chegam com a mesma velocidade, como forma de restringi-las e limitá-las. Poucas são as mulheres que conseguem participar de cursos básicos ou de formações políticas. A mulher é limitada apenas ao espaço da casa e da educação dos filhos pela ausência inclusive da divisão de responsabilidades (MST, 2010).

Essa realidade está presente na conquista da terra no período do acampamento Nova Vida I, em que as mulheres que participavam da diretoria da comunidade eram minoria:

Sim, eu já participei de reuniões onde tinha mais homens de eu falar algo e ser questionada porque eu era mulher ou porque eu estava ali em minoria, né? Meu pensamento de mulher e de decisões ali **eu não tinha outras mulheres pra somar e**

pensar e falar aquilo ali que eu estava falando, o pensamento dos homens seria outro. Já teve reunião de tipo assim, vai ter uma decisão de fazer uma cerca as vezes eu falava algo: não, não adianta você não entende de cerca o que é que você vai fazer? Então essas coisas aí também é um empecilho. Eu tive isso: falar do gado, por exemplo, nós vamos estar na reunião e vamos tomar uma decisão do pasto e do gado; sempre me deixavam de lado. Uma vez eu cheguei numa reunião onde Sr. Sebastião²² estava fazendo **a reunião tinha vários homens** e ele estava fazendo essa reunião, realmente falando de cerca e de gado e eles não deixaram essa parte pra mim porque eu era mulher e achavam que eu não sabia tratar disso, né? Porque era só com os homens. Então tinha muito homens e eu cheguei nessa reunião uma vez e Sr. Sebastião meio embaraçado, questionando cada um dizia uma coisa e eu peguei a palavra naquela hora e fiz a reunião e todo mundo concordou e mostrei que não era só a cabeça do homem que tinha ideias pra aquilo dali, as mulheres também eram capazes (Flor de Mandacaru).

A divisão sexual da política, demarca pontos, no qual a mulher pode até participar, mas não em tarefas e assuntos tidos como masculinos. Na pauta que envolve assunto de pasto, cerca e gado, por exemplo, a mulher não pode se expressar, pois para os homens ela não entende disso. Outro fator, é que mesmo estando presente, ela está sozinha, não tinha outras mulheres para somar, fortalecendo a democracia dentro do grupo e a igualdade de gênero na política. Flor de Mandacaru era questionada simplesmente pelo fato de ser mulher e, conseqüentemente, por estar avançando para o espaço público, sendo que para os homens esse espaço não lhe pertencia.

Desse modo, a política é um campo onde cada vez mais, se consolida o patriarcado, tornando-se um desafio e uma urgência para as mulheres despatriarcalizar a política, pensando na ausência de representatividade feminina nos cargos de poder e nos espaços públicos que são negados historicamente às mulheres, sendo essa maioria na população brasileira, porém, minoria nas associações, sindicatos e no Congresso Nacional, são representadas apenas por 9% de mulheres (MMM, 2016). Ademais, no campo da política expande-se de forma acelerada o conservadorismo e a desigualdade de gênero:

[...] eu fui à primeira mulher a participar da coordenação no meio de 05 (cinco) homens, eu participei era seis comigo, **era cinco homens e só eu de mulher**, então eu puxei, fui puxando as mulheres pra gente trabalhar em trabalho comunitário, pra gente trabalhar na limpeza da comunidade, pra gente trabalhar em termos de multimistura que era os projetos que vinha, pra gente trabalhar na farmácia viva que era de plantas medicinais [...] (Violeta da Caatinga).

O depoimento de Violeta revela uma injusta composição da equipe de coordenação do PA Nova Vida I, 05 (cinco) homens x 01 (uma) mulher, um espaço em que se supõe que ocorra uma participação igualitária e democrática. Essa composição se mostra desigual e

²²O uso de pseudônimo foi adotado para resguardar a verdadeira identidade do agricultor que teve seu nome citado na fala da Flor de mandacaru.

desfavorável às mulheres. Sabendo que o fato de um homem presidir, os torna favorável qualquer decisão. Por outro lado, Violeta apresenta que o perfil das tarefas assumidas pelas mulheres são sempre a limpeza e a cozinha, lugares considerados historicamente femininos, desse modo, essas passam a assumir na política o mesmo espaço e as mesmas tarefas do âmbito familiar, no qual a política continua a funcionar como um dispositivo de poder, predominantemente, masculino.

Assim, fica explícito que os homens têm mais espaços de que as mulheres dentro da diretoria da associação e quando as mulheres participam, eles “não gostam que elas falem, cortam-lhes a palavra durante as reuniões [...]. Pensam que esse não é papel feminino, pois as mulheres servem para ficar em casa e cuidar dos filhos” (RUA; ABRAMOVEY, 2000, p. 271).

O pensamento patriarcal e conservador adentra todas as instâncias da sociedade, reproduzindo-se nas relações sociais o machismo, que é nutrido pelo preconceito²³, e se manifesta contra a mulher camponesa, seja pela sua condição social, o seu sotaque, o trabalho que exerce e o lugar em que habita. Ilustrativo disso foi o processo de reeleição à Presidência da República da Presidenta Dilma Rousseff, sendo reeleita e confirmada a sua popularidade na Região Nordeste, recai sobre os nordestinos manifestações preconceituosa.

Assim, o preconceito contra o nordestino reflete, especialmente, pela sua origem geográfica, resultando da contradição histórica que se criou da ideia do que seria o Nordeste e, conseqüentemente, os/as nordestinos/as. Pensamento que se sustenta em aspectos naturais da região, como por exemplo, a seca é um fenômeno que marcou os/as nordestinos/as com vários estereótipos como o retirante, o flagelado e o arigó. Esses sofreram muitos preconceitos por estarem associados a essas imagens. No entanto, é pelo discurso da seca que surge outra marca negativa sobre esses, como aqueles que vivem dos recursos dos cofres públicos e a elite e a classe média é ferrenhamente contra o envio de recursos destinados às obras no Nordeste (ALBURQUERQUE JÚNIOR, 2007).

Desse modo, o preconceito e a discriminação que recaí sobre os que vivem nessa região são tão fortes que se expressam até na falácia de que são desnecessárias as políticas

²³ Saffioti (1987) define o preconceito como “uma ideia do fenômeno, anterior ao conceito. Ora, o *conceito* é fruto de um processo de análise e de síntese, através do qual se dissecou o fenômeno, na tentativa de compreendê-lo e dar-lhe um nome que contenha a qualidade e o grau dessa compreensão. Enquanto o conceito pressupõe a utilização de um instrumental teórico que permita o entendimento do fenômeno, o *pré-conceito* nasce do jogo de interesses presente na vida social, da defesa de privilégios, da correlação de forças político-sociais. É, portanto, não-científico, veiculando ideias falsas, ilegítimas, discriminatórias que, exatamente por apresentarem tais características, preservam posições de mando e também, é obvio, seus ocupantes” (SAFFIOTI, 1987, p. 28; grifos da autora).

públicas destinadas à população nordestina, igualmente, discrimina as políticas de incentivo a questão agrária para famílias assentadas. Dessa forma, os assentamentos rurais são espaços arreigados pelo preconceito até mesmo pelos próprios conterrâneos que vivem nas cidades circunvizinhas, demarcando-o como lugar de ociosos/as.

As mulheres assentadas sofrem não só estigmas por serem mulheres e por liderarem a luta, também são vítimas do preconceito da sociedade, pelo simples fato de residirem no assentamento de Reforma Agrária. No relato da Flor de mandacaru vislumbra-se que:

[...] sofremos muito **preconceito nos postos, nas paradas** onde a gente vai esperar as Veraneios e quantas vezes elas passavam e não levavam a gente porque a gente ia parar no Sem Terra, porque a gente era sem terra. [...] quando a gente chegavam nos lugares e dizia é de tal lugar, do assentamento ou somos sem terra, o pessoal já olhava pra nós diferente, já tratava de uma forma diferente, então **o preconceito foi uma das coisas que eu achei muito difícil.**

Pelo fato das famílias assentadas terem participado do processo de ocupação recebem nomes depreciativos, como os “mortos de fome,” os que “tomam o alheio” e etc., quando somado a condição de moradores do assentamento são tratadas como os sem terra, uma forma pejorativa de denominar não somente o espaço, mas também a sua condição social. Esse pensamento resulta dessa sociedade classista e preconceituosa, que dissemina pelo sistema midiático uma visão deturpada das ocupações sejam pela terra, moradia e a educação. As pessoas passam a reproduzir tal pensamento, inclusive aquelas que pertencem a mesma classe social.

Ademais, o preconceito contra a origem de um lugar marca o indivíduo, simplesmente pelo fato de pertencer a determinado espaço, esse é produzido e reproduzido por outros que se sentem superiores, considerando-os atrasados/as e menos civilizados/as (ALBURQUERQUE JÚNIOR, 2007). Sendo uma construção histórica, o preconceito se manifesta de diversas formas, além da origem geográfica, dirige-se contra a raça, a classe social e ao gênero.

Ao traçar minimamente esse processo histórico de luta das mulheres, é notório que as relações de gênero no campo da militância política também são permeadas pelo preconceito:

[...] **o preconceito** ainda rola muito porque por ser agricultor e muitos serem desinformados acham que a mulher não tem como ir buscar (Violeta da Caatinga).

Ao relatar o preconceito sofrido pelos companheiros, Violeta da caatinga reproduz os estereótipos da sociedade quando trata o agricultor de desinformado como se esse só

entendesse do cuidado com a terra e não tivesse educação. Assim, ela reproduz o preconceito do qual é vítima não só pela sociedade como também pelo próprio esposo.

É importante destacar que as mulheres entrevistadas reconhecem que o seu cotidiano é cercado pelo preconceito por serem mulheres, pobres, negras e da roça. O preconceito contra as mulheres também se articula ao étnico racial e a LGBTfobia, no Brasil.

Segundo Albuquerque Júnior (2007), o fato de reconhecer a existência e questionar as formas de preconceito já se torna o primeiro passo para o seu desaparecimento, entretanto a sua superação não se resume no simples fato de questionar, por ser uma realidade estrutural. Nesse sentido, a atitude das mulheres de reconhecerem e questionar as diversas formas de preconceito existentes primeiramente por parte de seus esposos, em segundo pela sociedade, traz grandes contribuições para autonomia das mulheres, favorecendo o seu ingresso com comprometimento nas organizações comunitárias.

3.2 ENTRE A LIBERDADE E AS CERCAS: os principais entraves presentes no processo de luta no assentamento Nova Vida I que aprisionam as mulheres

Ao longo da história as mulheres tiveram sua liberdade cerceada pelo poder que fora atribuído aos homens, o qual historicamente construiu cercas, no intuito de impossibilitar a autonomia e o empoderamento feminino. Porém, pela organização “as mulheres percebem que a sua autonomia e liberdade demandam a luta contra uma estrutura de relações sociais de apropriações e exploração” (CISNE, 2014, p. 176).

Se por um lado, a mulher conquista seu espaço na sociedade, através de muita luta, por outro lado, os homens têm sua liberdade e autoridade como algo natural, pois desde a infância os homens são incentivados à competitividade demonstrando o poder através da força física, solidificado através da “construção sociocultural sexista que privilegia o gênero masculino em detrimento do feminino” (QUEIROZ, 2004, p. 29). Assim, a cultura sexista se baseia numa ideologia que naturaliza e legitima as desigualdades entre os gêneros, promovendo relações de poder e dominação masculina sobre a mulher.

No debate sobre a relação de gênero no campo, não se pode deixar despercebida a realidade da violência sofrida pela mulher assentada. Embora a violência seja uma questão enfrentada tanto pela mulher rural como a urbana, há uma tentativa, no campo, de reconhecer como agressão apenas aquela que é permeada por uma ação violenta. Exemplo disso é que, no que diz respeito a relação entre homem e mulher, Bromélia do sertão argumenta que:

[...] tudo tranquilo, graças a Deus não há **violência** (Bromélia do sertão).

Diante da fala de Bromélia do sertão, muitas vezes a agressão é compreendida apenas como expressão de violência física, porém se o homem não deixa a mulher participar das organizações da comunidade, afirmando que “não precisa você ir, você não sabe mesmo”, nesse caso já se configura um tipo de violência psicológica sobre a mulher.

Segundo Queiroz (2004, p. 70), a violência contra a mulher é praticada pelo homem, no intuito de dominá-la, tendo-a como sua propriedade e determinando o que essa deve pensar, agir e reagir. “Ao serem tratadas como propriedades dos homens, as mulheres perdem sua autonomia, sua liberdade e o mais básico direito de controle sobre o seu próprio corpo”.

A violência contra a mulher ocorre nos espaços público e privado, porém a violência doméstica se expressa de diversos tipos: física, sexual, emocional ou psicológica, sendo importante ressaltar que elas não ocorrem separadamente, um tipo de violência desencadeia outro, como por exemplo, a violência psicológica, a qual está presente em todas as demais. “São inúmeras as demandas de violência contra a mulher que chegam diariamente nas delegacias, sendo que a maioria refere-se à violência doméstica” (QUEIROZ, 2004, p. 29).

Dessa forma, a violência conjugal é a expressão máxima do poder patriarcal dos homens sobre as mulheres. Sendo exercida no espaço privado, no qual as vítimas têm vínculos conjugais com seus agressores, torna-se fácil para esses praticarem seus delitos, pois o simples fato de conhecê-la o favorece no controle da agressão e até na sua reincidência. À vista disso, é possível afirmar que a família é uma instituição violenta, em que a violência incide sobre a categoria que se encontra subordinada, no contexto de relações desiguais de gênero (QUEIROZ, 2004).

A dominação masculina sobre a vida das mulheres deixa marcas profundas que vem até a destruir sua autoestima e autocuidado, esses danos são resultados da violência psicológica. Praticada diariamente contra as mulheres, “essa violência é invisível ao corpo, mas visível à alma” (QUEIROZ, 2004, p. 68). Por essa sua característica, muitas vezes as mulheres têm dificuldade de reconhecê-la.

Assim, a violência no campo ainda passa despercebida, quando comparada a visibilidade e ao tratamento dos casos no meio urbano. Estudos revelam que a violência doméstica no campo tem ocorrido proporcionalmente maior que a violência registrada nas cidades (PARRY; RODRIGUES E SARAIVA apud SOUSA, 2012).

Devido algumas peculiaridades que são próprias da zona rural como a distância geográfica de uma casa para outra, a dependência financeira do marido por parte da

camponesa, como também a cultura da submissão existente ainda no campo, fazendo com que as mulheres continuem caladas, são fatores que tem contribuído para que ocorra a violência contra a mulher camponesa (MMC, 2014).

Dessa forma, através das falas das mulheres entrevistadas, é possível verificar que as relações com os seus maridos não são nada tranquilas, nem harmônicas, pois deixaram claro que quando ingressaram na luta, os companheiros foram hostis com sua decisão, muitas delas foram impedidas de sair de casa, e até de estudar com a justificativa de que eram casadas.

Como a violência, o machismo também é fundamentado na legitimação do poder que foi atribuído socialmente ao homem, que se sustenta na divisão de tarefas, seja no espaço público ou privado (COUTO; SCHRAIBER, 2013). Conforme os depoimentos de Flor da Jurema e da Flor de Catingueira:

O marido não deixa, por motivos da mulher deixar os afazeres de casa, achando que quando chegar em casa ele não vai encontrar tudo feito, por que a mulher saiu pra poder fazer outros serviços e os de casa ficaram. Eu vejo também **tem muito esposo machista**, tem muito...[...] (Flor da Jurema).

[...] **tem homem também que não deixa a mulher ir**, deixa a mulher em casa (Flor da Catingueira).

Os depoimentos da Flor de Jurema e da Flor de Catingueira destacam que as mulheres não participam por motivos em que os maridos não as deixam sair de casa. Aqui se configura tanto uma violência doméstica como vincula-se a discussão do “sair de casa” realizada no segundo capítulo. O “sair de casa” está ligado tanto literalmente a dimensão material quanto com o rompimento com o machismo do marido e com questões subjetivas da própria mulher como a timidez, o medo e a insegurança.

Na entrevista com a Flor da Jurema, ela ainda deixa claro que há muitos esposos machistas que não deixam sair também por causa das tarefas de casa. Diante disso, entende-se que o espaço doméstico é socialmente desvalorizado, nesse sentido, o que possibilita aos machistas o definir e instaura a crença que a mulher sempre desempenhou esse papel, passando a afirmar como um espaço feminino resultando como uma função natural (SAFFIOTI, 1987). Não resta dúvidas que na compreensão dos machistas o lugar da mulher é dentro de casa, assim, torna-se mais fácil controlar não apenas o seu corpo, mas seus pensamentos, desejos, autonomia, sua vida como um todo, violando seu direito à liberdade.

Ademais, a violência privada está associada à violência pública, seja nos espaços de trabalho, na rua e até nas organizações e movimento sociais. As mulheres que participam dos

movimentos sociais sofrem com a violência como também, com a criminalização, uma questão já problematizada no primeiro capítulo, entretanto, nesse item é importante considerar que nesse processo, as mulheres também são penalizadas dentro dos movimentos sociais.

Segundo os relatos da Flor da Jurema, a fragilização na organização coletiva das mulheres do PA Nova Vida I, acentua-se em decorrência da penalização e criminalização da luta das mulheres:

Tivemos mulheres guerreiras aqui no assentamento que iam buscar e reivindicar e hoje por essas mulheres serem perseguidas, elas nem participam mais de uma roda de conversas, de reuniões, **elas não estão querendo mais ir participar por medo**, por que tudo hoje em dia se você abrir a boca é justiça, vou pra justiça vai e coloca o nome de mãe de família. Por isso que essas mulheres hoje não querem participar. **Quem é que quer viver numa delegacia, num Ministério Público** com o seu nome direto sendo prejudicado? Ninguém (Flor da Jurema).

Hoje a participação das mulheres do Assentamento Nova Vida I é marcada pelo medo de “falar demais” e ir parar em uma delegacia ou no Ministério Público. A maioria das mulheres entrevistadas respondem ou já responderam a processos judiciais, outras até chegaram a receber voz de prisão. É notório que com essas penalizações, outras mulheres por medo da perseguição não participam de reuniões e das assembleias da comunidade.

Assim, com a finalidade de desarticular a luta das organizações populares no campo, o Estado passa a judicializar os conflitos e as lutas, com o único interesse de fortalecer o poder da classe dominante e exterminar a luta de classes.

Ao transportar o conflito e as lutas para as arenas judiciais, o instrumento normalmente usado para criminaliza-los é o da garantia legal do direito à propriedade. Nessas arenas, o Poder Judiciário exerce uma das suas principais funções, que é a de se construir no instrumento de legitimação do exercício do poder coercitivo do Estado, utilizando-o para criminalizar e deslegitimar as lutas e os movimentos sociais (DURIGUETTO, 2017, p. 110).

À medida em que o Estado recorre a arena judicial, que é um instrumento de poder e de força da classe dominante, legitima as suas ações perversas, ao passo que torna ilegal toda e qualquer ação individual ou coletiva do movimento social. Não são poucos os processos judiciais contra os militantes dos movimentos sociais, demonstrando que a justiça brasileira é formal, voltada a atender meramente os interesses do capital. Pensando nisso, é perceptível que quem faz as leis no Brasil é a classe dominante com sua visão moralista e conservadora.

Segundo Duriguetto (2017), pensar na penalização e na criminalização das classes subalternas²⁴, é entender que ambas são indissociáveis da expansão do capitalismo e das relações de dominação da classe dominante sobre a classe subalterna. Os pobres são penalizados por serem quem são, e os movimentos sociais são criminalizados por defender os direitos das classes desfavorecidas. Assim, a penalização e a criminalização são respostas orquestradas do Estado para controlar e conter tanto os sujeitos sociais, como os seus movimentos.

São muitos os setores que na conjuntura atual estão de braços dados com o capital na tentativa de deslegitimar as organizações do campo, como setores do Ministério Público Federal e Estadual, do Poder Judiciário e do Parlamento, ambos foram criados no intuito de resguardar igualdade e equidade entre todos perante a lei. No entanto, vislumbra as extrações desses poderes identificados como classe dominante (ou aliada a mesma) que usam das leis e de ações legislativas, na tentativa de enquadrar os trabalhadores rurais. Exemplo disso é a bancada ruralista, formada por parlamentares fazendeiros e empresários rurais que nutrem características de ódio aos movimentos sociais e são combativos às propostas da Reforma Agrária e às lutas sociais, seus mandatos políticos são sustentados e, portanto, estão a serviço do latifúndio e do agronegócio (VIA CAMPESINA BRASIL, 2010).

Para além da criminalização e da penalização, as mulheres do PA Nova Vida I, enfrentam o desafio de construir uma ação política em conjunto com as organizações existentes no assentamento.

O assentamento Nova Vida I conta com duas organizações: a Associação dos trabalhadores do assentamento Nova Vida I, criada em 01 de setembro de 2011; e a Associação dos trabalhadores e trabalhadoras do assentamento Nova Vida II, criada em 14 de agosto de 2011. A criação de duas associações dentro do mesmo assentamento se deu pela vinculação a dois movimentos distintos: MST e CPT. Com uma articulação e organização própria, cada movimento apoiou a fundação de uma associação, justificando assim, a existência das mesmas e a explicação para o termo Nova Vida I e Nova Vida II²⁵.

²⁴ A categoria “subalterno” e o conceito de “subalternidade” têm sido utilizados, contemporaneamente, na análise de fenômenos sociopolíticos e culturais, normalmente para descrever as condições de vida de grupos e camadas de classe em situações de exploração ou destituídos dos meios suficientes para uma vida digna. No pensamento gramsciano, contudo, tratar das classes subalternas exige, em síntese, mais do que isso. Trata-se de recuperar os processos de dominação presentes na sociedade, desvendando “as operações político-culturais da hegemonia que escondem, suprimem, cancelam ou marginalizam a história dos subalternos” (BUTTIGIEG, 1999, p. 30; *apud* SIMIONATTO, 2009, p.42).

²⁵ [Informação verbal]. Dado fornecido por Débora Bezerra, presidenta da Associação do Assentamento Nova Vida II.

Hoje, a associação de número I conta com o apoio do MST, do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Aparecida-PB (STTRS) e do vereador da oposição do governo municipal de Aparecida-PB, João Rabelo de Sá Neto. Já a associação de número II, tem parceria com o Sindicato dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais de Sousa-PB (SAFER).

Segundo Rúa e Abramovey (2000, p. 256):

Há assentamentos que, devido a clivagens políticas e ideológicas ou desavenças internas, possuem mais de uma associação, sendo algumas ligadas às federações sindicais, outras ao MST, algumas a outros movimentos de trabalhadores rurais e ainda outras, independentes. Frequentemente, essas divisões internas estão associadas a disputas por liderança.

A presença de duas organizações políticas na comunidade é capaz de apreender, apresentar e representar melhor as demandas coletivas. Como também é complexa, pelo caráter de competitividade advindo de possíveis disputas em seu interior. Assim, o surgimento de grupos diferentes, em torno de um determinado projeto, ainda que com o mesmo objetivo, pode expressar um acúmulo político, mas também é capaz de levar ao acirramento de disputas pela direção da organização (GUIMARÃES, 2011).

Para a Flor de catingueira, esse desafio está presente na luta das mulheres no PA Nova Vida I:

A politicagem atrapalha muita coisa aqui dentro atrapalha, amigo que dizia que era amigo hoje passa pela gente e dobra a cara, tá entendendo? Por nada, eu digo assim por nada, aí é onde vai a desunião. As coisas cada vez ficam mais difícil, a luta mesmo fica difícil pra resolver as coisas devido isso. **E quando um chega lá e diz: eu resolvo isso, outro corre pra aquele não conseguir; devido ter duas associação:** há não vai resolver não tem que ser primeiro a minha e assim, vai essa política. Ai quem sofre com isso é quem? É os agricultores que veio pensando que era uma coisa e quando chegamos aqui é outra. Agora nesse momento, mas aqui já foi muito bom, muito unido o povo no começo, eu mesmo dizia se for assim era muito bom, era uma união.

Ao analisar a forte relação de competitividade entre as duas associações da comunidade, é visível que embora tenham o mesmo objetivo, a relação que é estabelecida entre seus membros torna a coletividade fragilizada pela fragmentação na luta, ao invés de unidade na ação política, ocorre desarticulação. Tanto as diretorias das associações, como os seus membros não conseguem dividir o mesmo espaço em uma reunião. Exemplo disso foi a atividade do campo de estágio, no qual foram realizadas rodas de conversas com as mulheres

das duas associações do assentamento. Entretanto, essas foram realizadas separadamente, por jugarem inviável a realização desta com todas as mulheres no mesmo local.

Guimarães (2011) atenta para necessidade da maturidade da militância política dos movimentos sociais, para que a ação política não seja comprometida pela divergência, essa deve ser evidenciada nos debates, e na medida em que vai aparecendo enriquece-o, como também começa a visualizar o amadurecimento político da organização. Porém, “é problemático para a ação do movimento que – quando não trabalhadas de forma democrática – essas divergências, muitas vezes, limitam os debates, sectarizam posições e dificulta o fortalecimento das lutas” (GUIMARÃES, 2011, p. 85).

Evidencia-se que as divergências que estão presentes nas associações do assentamento Nova Vida I, não são trabalhadas democraticamente. Essa limitação pode ser constatada, dentre outros episódios, no fato de que no dia 17 de novembro de 2017, aconteceu no assentamento o encontro da brigada do MST, com representantes das associações dos assentamentos do Alto Sertão, no entanto não se fizeram presentes representantes da associação Nova Vida II. Todavia, o que se espera das associações é a capacidade de dialogar entre si, fazendo com que suas divergências sejam a soma e não subtração da democracia, da liberdade e da participação das mulheres na comunidade.

Contudo, deve ser inaceitável a intolerância, hostilidade e a agressão presente nas relações pessoais entre os sujeitos, embora as divergências e as disputa políticas sejam necessárias e legítimas por garantir a liberdade de crítica e discussão dentro das organizações populares no assentamento (GUIMARÃES, 2011).

A realidade, ora apresentada, nos faz compreender que o ingresso das mulheres na segunda associação trouxe benefícios para a comunidade, primeiro por ajudar a comunidade no processo de fiscalização de construções das casas, a luta por projetos sociais voltados para as mulheres, como o Projeto Fomento Mulher e a criação do sindicato SAFER na cidade de Sousa-PB. Segundo, principalmente, porque a existência de duas associações faz com que tanto uma como a outra, se articule melhor na atuação comunitária.

Nesse sentido, pode-se afirmar que as organizações populares e os movimentos feministas têm contribuído, grandiosamente, para que as mulheres reconheçam o seu papel e seu lugar na sociedade. Igualmente, favorece a questões subjetivas da mulher, como a autonomia e a autoestima.

Os obstáculos são o marido, os filhos e a **autoestima**, tantas mulheres não se acham capazes. Se acham incapaz de ir pra uma reunião de chegar lá na frente e falar de se expressar, a expressão são coisas que impede dessas mulheres (Flor de Mandacaru).

O depoimento ressalta a importância e a contribuição do feminismo, podendo favorecer a vida da mulher, a partir de sua militância em um movimento. Nesse processo, a autoestima é imprescindível para que a mulher se constate não apenas como sendo capaz, mas possibilita o autocuidado com o seu corpo, reconhecendo-se bonita, superando a visão de que essa é cuidadora apenas do esposo e dos filhos. “A mulher [...] é educada para cuidar e sempre estar disposta a ajudar o outro, muitas vezes não consegue fazer esse mesmo movimento para si” (CISNE, 2014, p. 179).

Em contrapartida, o feminismo também contribui na dimensão política do falar em público. Segundo Flor de Mandacaru, a mulher camponesa sente muita dificuldade para se expressar publicamente, pois é impedida por vários fatores, sua participação política corrobora para superação do silêncio que lhe é imposto historicamente pela ofensiva de homens machistas.

Sobre a contribuição do feminismo no processo de formação de consciência das mulheres, Cisne (2014) defende que esse é relevante no nível individual das mulheres, por tocar na percepção do sujeito como no aspecto da confiança em si mesma, que está relacionada com a autoestima e a autonomia, livre do padrão de beleza que é socialmente imposto. Por outro lado, o feminismo possibilita para além da autoconfiança, favorecimento à capacidade de expressão, no qual a mulher adquire o poder de decisão e de impor a tudo que vai contra a sua vontade, embora, historicamente, tenha sido ensinada a dizer sim em detrimento de seus desejos.

Nos depoimentos, as mulheres por vezes deixavam claro que tanto a comunidade como os seus maridos acham que “elas não sabiam de nada”, não tinham responsabilidade para enfrentar a luta. Não davam oportunidade para que essas se engajassem em equipes comunitárias. “Assim, a participação das mulheres é muito restrita [...] há uma compreensão de que as mulheres podem ser diretoras, caso queiram se candidatar” (RUA; ABRAMOVEY, 2000, p. 275). Entretanto, frequentemente, nem há candidatas.

Relataram a existência de várias tentativas de organização das mulheres. Em 2015, foi formado um grupo de mulheres para trabalhar no assentamento, no entanto, não teve êxito. Em seguida, criaram o Ateliê com a participação exclusiva de mulheres que produziam tapetes e bonecas para comercialização, porém, enfrentava o desafio de não ter o material de trabalho, assim, passou-se a buscar material de reciclagem como retalhos de tecidos para a produção. Atualmente o Ateliê encontra-se desativado.

Entende-se que o processo de organização das mulheres no PA Nova Vida I, tem enfrentado realidades complexas. Mas, o fator mais grave é o encarceramento dessas mulheres:

[...] **O machismo, a corrupção, o preconceito, a falta de querer, a falta de informação, tudo isso faz os arames...** uma cerca pra ela ser bem feita é no mínimo cinco arames. Então a mulher tem isso, no mínimo esses cinco arames estão impedindo da mulher lutar pelo que quer (Violeta da Caatinga).

A Violeta da Caatinga faz uma analogia aos cinco fios de arames que tecem uma cerca de madeira na roça, e os cinco fios de cercas que prendem a mulher camponesa. Ela afirma que os cinco arames tornam a cerca forte, por isso é difícil romper com o poder do patriarcado, machista e senhorio. Há uma necessidade de cortar os arames que prendem a mulher e fazem com que elas se sintam objeto e não sujeito de sua história.

Já Flor de Mandacaru revela com clareza que:

[...] a gente acaba assim encurralada e eu acho que ainda **hoje infelizmente a maior cerca é os homens** [...] (Flor de Mandacaru).

A entrevistada enxerga a opressão, ao afirmar que a maior cerca que prendem as mulheres impedindo a sua liberdade, autonomia e, conseqüentemente, a sua participação na comunidade encontra-se nos homens, sejam eles: pai, marido ou liderança comunitária.

Diante do depoimento das mulheres, nesse trabalho, compreende-se que o poder do macho está presente tanto nas classes dominantes como subalternas, sendo que esse não é exercido apenas por setores da ala conservadora, mas se faz presente também nos espaços e nos grupos progressistas da esquerda do Brasil (SAFFIOTI, 1987).

A ideologia machista legitima a dominação e exploração da mulher pelo homem e a classe dominante se utiliza dessa ideologia para colocar os trabalhadores contra as trabalhadoras. Nesse ínterim os homens não têm consciência de que pagam um preço alto para mandar na mulher (SAFFIOTI, 1987).

Conforme Saffioti (1987), o poder do macho dentro da classe trabalhadora favorece apenas a classe dominante. Nesse sentido, não é apenas as mulheres que recebem e sofrem com o poder do macho, os homens da classe trabalhadora também são atingidos por estarem expostos a sujeição dos poderosos, mesmo que, para as mulheres, seja imensamente maior. Assim, pode-se afirmar que o patriarcado traz impactos também para os homens, ainda que isso não faça deles os sujeitos políticos protagonistas dessa luta.

Somente pelo poder de organização coletiva a mulher é capaz de afirmar como uma das mulheres entrevistadas “eu me libertei daquele machismo do meu marido.” Assim, a participação da mulher no movimento de mulheres alcança patamares muito maiores, atinge o companheiro: “até ele aprendeu.” A luta das mulheres como protagonistas trazem resultados, tanto para a esfera privada como a pública.

Logo, esse processo de organização política deve estar articulado ao trabalho de base, apresentado por Flor de Mandacaru, como caminho para o retorno da participação das mulheres no assentamento:

[...] apesar de tantos desafios, de tantas coisas que nós fizemos e não deu certo algumas coisas, mas as mulheres ainda são capazes, elas ainda se organizam. [...] até hoje as mulheres são bem organizadas, eu acho que apesar de tudo. Ah! nós perdemos muito o foco, a força por causa dessas dificuldades, por causa de tanto projeto que foi feito e não foi pra frente. Então, as mulheres ficaram um pouco desacreditadas, mas mesmo assim até hoje, **eu acho que se for conversar se for na casa delas, elas vão se organizar**, elas têm força (Flor de Mandacaru).

Mesmo diante das dificuldades e dos projetos que foram feitos e não tiveram êxito, a entrevistada ainda acredita que um retorno ao trabalho de base poderia fomentar a reorganização das mulheres, pois reconhece que essas têm capacidade organizativa.

Assim, o trabalho de base é um importante instrumento estratégico no processo de mobilização para a luta política. De modo que possui duas dimensões: a primeira é a educativa, por sensibilizar a população para a luta (PELOSO, 2009; apud GUIMARÃES, 2016). A segunda é o seu caráter formador por contribuir na formação política dos/as militantes, favorecendo em sua capacidade de mobilização, sendo de grande relevância para apropriação de conhecimentos teóricos e da prática política, auxiliando no processo de construção de consciência. “A formação política, constitui um aspecto complementar e indissociável do exercício da militância, justamente por ser indispensável à luta política” (GUIMARÃES, 2016, p. 143).

Para que ocorra participação feminina e a luta seja garantida é imprescindível o trabalho de base no assentamento Nova Vida I, vindo a enfatizar categorias que são caras para os movimentos feministas e que coadunam com as urgências apresentadas pelas mulheres entrevistadas.

Ademais, as lutas das mulheres, sejam no campo ou na cidade, são embaladas pela ciranda feminista: “Companheira me ajuda, que eu não posso andar só, eu sozinha ando bem, mas com você ando melhor.” As mulheres resistem à luta contra o capitalismo, o patriarcado,

o preconceito, o machismo e todas as formas de desigualdades sociais que são produzidas e reproduzidas em sociedade, juntas lutam pela superação desse modelo societário.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Malditas sejam todas as cercas que impedem o homem e a mulher de viver e amar”
(D. Pedro Casaldáliga).

No percurso desse trabalho evidenciou-se as cercas que são construídas no intuito de limitar e até exterminar a participação política da mulher camponesa nos mais diversos espaços, sejam eles públicos ou privados. Entretanto, desses impedimentos construídos socialmente, emerge o processo de consciência e a necessidade de organização coletiva, eclodindo assim, a luta nos movimentos sociais feministas, movimentos sociais mistos rurais e nas organizações populares.

A participação das mulheres na luta pela Reforma Agrária ocorreu em meio ao conflito com o grande latifúndio, como também com a dominação masculina representada na figura do macho, seja esse o pai, esposo e/ou o patrão.

No passar das décadas, apenas se confirma que a estrutura latifundiária brasileira mantém a concentração de terras nas mãos do agronegócio, dificultando o acesso dos/as trabalhadores/as que defendem a pauta da Reforma Agrária dos movimentos sociais do campo como o MST, CPT e MPA. Do outro lado, o Estado é o próprio latifúndio ou assume uma postura conivente com os latifundiários, explícita na legalização da injusta distribuição de terras no país. Assim, as políticas sociais que deveriam atender às famílias acampadas e assentadas são seletivas e focalizadas, e pela sua ineficácia não conseguem responder as demandas que são postas na realidade, viabilizando que essas famílias tenham não apenas o acesso, mas também permaneçam no acampamento ou assentamento.

Essa ausência da política estatal resulta no afastamento das famílias da luta e no crescente índice de analfabetismo e pobreza dentro dos assentamentos rurais, uma problemática social também presente no assentamento Nova Vida I. No que concerne às políticas sociais operacionalizadas nesse espaço, em momento algum estas favoreceram a superação da desigualdade social, pois há famílias que permanecem na terra, mesmo em barracas de lona ou madeira, sem acesso ao saneamento básico, educação de qualidade e a água para beber e para o plantio.

Destarte, a política neoliberal de FHC do PSDB e os governos petistas de Lula e Dilma Rousseff, não conseguiram alcançar a raiz da questão agrária brasileira, pois seus projetos de Reforma Agrária são verdadeiramente uma contrarreforma, visualizando apenas o

agronegócio, comprando e vendendo a imagem de negócio lucrativo por favorecer a produtividade e o crescimento econômico.

Após o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, o golpista Michel Temer, ainda na condição de presidente interino, apresentou-se atenuante com o agronegócio representado pela bancada ruralista do Congresso, agravando, assim, as condições de vida das famílias assentadas pela acentuada pauperização no campo, registrada pelos cortes do orçamento da política agrária, reduzindo recursos de forma expressiva na aquisição de terras, nas construções de moradias e negligenciando o programa ATES que apoia a produção no campo. O referido governo atinge frontalmente o tripé que sustenta a vida dos/as trabalhadores/as no campo: terra, moradia e alimentação, que são direitos fundamentais garantidos na Constituição Federal de 1988, mas que na atualidade estão sendo aniquilados. Ao vislumbrar os lotes das famílias do PA Nova Vida I, a maioria não tem nenhum tipo de produção, devido à escassez de água, mas também pela falta de acompanhamento técnico do Programa do Governo Federal ATES.

Diante da negação de direitos, resta aos trabalhadores/as firmar-se na luta pela terra e pelo seu mantimento nela, pois estar no assentamento na realidade ora apresentada não significa o fim da luta, mas sua continuidade. No entanto, essa luta é precedida pelo processo de consciência, no qual os indivíduos se identificam em suas necessidades e passam a se organizar coletivamente, seja pela consciência da reivindicação ou a revolucionária. Igualmente as motivações subjetivas de cada indivíduo, como a paixão e a vontade, pode o levar a atingir a dimensão humano-genérica.

A pesquisa realizada no assentamento Nova Vida I, evidenciou que as mulheres vivenciam a consciência da reivindicação por ficar em torno da organização do grupo, porém, enfrentam contradições próprias desse estágio que se manifesta no retrocesso para a consciência de alienação e na estagnação, pois algumas mulheres simplesmente estancaram, não conseguindo ascender ao estágio da consciência revolucionária. Elas até questionam as desigualdades de gênero, mas não conseguem se organizar coletivamente enquanto movimento feminista.

Ademais, a classe dominante encontra vantagens na alienação da classe trabalhadora, pois revalida a divisão sexual do trabalho que é geradora da desigualdade, ao mesmo tempo em que consolida o patriarcado e naturaliza as relações de exploração. Nesse sentido, ao analisar a divisão sexual do trabalho no assentamento Nova Vida I, se evidenciou tanto a desigualdade como a invisibilidade do trabalho das mulheres assentadas, sendo estas vistas como meras ajudantes, e embora sejam o sujeito ativo são consideradas apenas como passivo.

São elas que têm uma longa jornada de trabalho, mas são seus maridos que detêm o dinheiro, alimentados pela cultura machista – patriarcal e burguesa que define e dita o meio doméstico como o lugar da mulher, identificada como cuidadora do lar e propriedade do marido. Diante disso, ocorre o encarceramento, muitas mulheres são impedidas de sair de casa por seus companheiros. Essas usam estratégias para romper com essa estrutura material e subjetiva, através da participação nas organizações populares e até nos grupos religiosos da comunidade.

A participação das mulheres nas lutas sociais e sua representatividade política foram reconhecidas tardiamente. Na Paraíba temos grandes figuras como Elizabete Teixeira, líder das ligas camponesas, a qual tem sua história contada no livro: *Eu marcharei na tua luta*, escrito por professoras da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e no filme que conta a história de seu esposo José Teixeira, intitulado: *Cabra marcado pra morrer*, produzido por Eduardo Coutinho. Não obstante a história de luta de Margarida Alves, Maria da Penha e tantas outras Marias que tiveram seus nomes escritos na memória de seus povos, durante esse estudo foi possível perceber que são mínimos os relatos históricos de luta das mulheres camponesas no Alto Sertão Paraibano, esses se concentram mais em outras regiões do estado. Porém, isso não significa que no sertão não houve a sua participação.

A mulher camponesa também constrói sua história na luta cotidiana nos assentamentos, enfrentando a divisão sexual da política e a sua invisibilidade política nas organizações coletiva da comunidade. Ao ingressar na luta pelas terras do Pivas, as mulheres perceberam que não eram reconhecidas politicamente, ao passo em que notaram que era preciso permanecer lutando em vista da visibilidade e reconhecimento social e político. Assim como no espaço privado, o espaço público tende a favorecer apenas aos homens, embora as mulheres tenham um trabalho atuante, mas é o homem mais próximo quem detém os méritos. A pesquisa também sinalizou a participação das mulheres como um grande referencial na conquista da terra do assentamento Nova Vida I, entretanto essas não eram a maioria nas diretorias na época do acampamento, muito menos agora enquanto assentamento.

Essa invisibilidade se sustenta na ideologia machista que naturaliza o espaço doméstico e o define como o lugar da mulher, sustentando as relações de dominação, exploração, desigualdade e violência sobre a mulher. Sendo essa última muitas vezes silenciada por suas vítimas. Pela pesquisa foi possível identificar que o casamento se torna um peso para a mulher camponesa, pois recai sobre ela a maior responsabilidade.

O estudo também constatou que há mulheres que não participam, primeiramente por serem impedidas pelos esposos que não deixam, alegando as tarefas domésticas; segundo, pela criminalização e penalização sofrida por outras mulheres do assentamento, representada

no medo de viver respondendo a processos judiciais e, terceiro, pela competitividade existente entre os membros das duas associações. Esses são fatores desmobilizadores e desarticuladores que impossibilitam ou, no mínimo, dificultam que essas mulheres participem das organizações coletivas.

Por outro lado, as mulheres que participam das coordenações e diretorias das associações apresentam uma relativa autonomia advinda da sua atuação e liderança política. Essa participação suscitou nas mulheres certo grau de autoconfiança, autoestima, autocuidado e a desenvoltura para o uso da palavra em espaços públicos. Para tanto, se faz necessário a realização de trabalho de base com as mulheres que ao longo do caminho desistiram da luta, com o intuito de fomentar a sua capacidade organizativa através da educação popular na perspectiva de gênero e da formação política, ambas indispensáveis na contemporaneidade para o assentamento. Assim, o trabalho de base é forte instrumento que pode ser utilizado com as mulheres assentadas para que as cercas ora apresentadas nessa pesquisa sejam rompidas pelas mulheres que são os próprios sujeitos e protagonistas dessa história de luta.

Enfim, a referida pesquisa aponta caminhos à formação profissional, especificamente ao CCJS, posto que registramos nossa sugestão de que seja ofertada pela primeira vez a disciplina de Questão Agrária para os discentes do curso de Serviço Social, pois acreditamos que esse será o primeiro passo que poderá instigar outras pesquisas na área. Igualmente, ocorra a intensificação e expansão de campos de estágio supervisionado em Serviço Social, junto aos movimentos sociais e organizações populares, ao reconhecer a fragilidade e as lacunas existentes entre alguns profissionais Assistentes Sociais e os Movimentos Sociais.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. O preconceito contra o nordestino. In: _____. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar**. São Paulo: Cortez, 2007. p. 89-129.

ANTUNES, Ricardo. **A Dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão popular, 2013.

_____. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

ALMEIDA, Patrícia José de. **Arrendamento e acesso à terra na Brasil**. 2002. 278f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. Campinas – SP, 2002.

BARROS, Ilena Felipe. **A inserção das mulheres pela terra: movimento de participação e/ou submissão?** 2005. 228f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal-RN, 2005.

_____. **Nas trilhas do crédito fundiário**: a luta pela sobrevivência entre a terra e o assalariamento na agroindústria canavieira. 2014. 324f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, 2014.

BARROSO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena. **Código de ética do/a assistente social**. São Paulo: Cortez, 2012.

BRASIL. **Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA)**. Brasília: MDA, IICA, 2006.

BRASIL. **Medida Provisória** nº 2.109-52 de 24 de maio de 2001. Brasília – DF, 2001.

BUARQUE, Cristina. Introdução ao feminismo. In: **Caderno de textos gênero e trabalho**. In: VANINI, Iole Macedo; GONÇALVES, Terezinha (Orgs.). Salvador: REDOR, 2006.

CAMURÇA, Sílvia; GOUVEIA, Taciana. **O que é gênero**. 4. ed. Recife: SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia, 2004.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **ONU e CIDH condenam chacina em Pau D'Arco**. 2017. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/3801-onu-e-cidh-condenam-chacina-em-pau-d-arco>>. Acesso em: 23 jan. 2018.

CONTAG. **Bandeira de luta das mulheres**. 2011. Disponível em: <<http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=295&ap=1&nw=1>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

COUTO, Marcia Tereza; SCHRAIBER, Lilia Blima. Machismo hoje no Brasil: uma análise de gênero das percepções dos homens e mulheres. In: VENTURI, G.; GODINHO, T. (Orgs.). **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado**: uma década de mudanças na opinião pública. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil**: ensaios sobre ideias e formas. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

DATALUTA. **Banco de Dados da Luta pela Terra**. 2016. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_relatorio_brasil_2015_publicado2016.pdf> Acesso em: 21 out. 2017.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Mulheres e homens em grupos ocupacionais homogêneos**: elas tendem a ganhar menos! 2014. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analiseped/2014/boletimRendimentoMulher.pdf>>. Acesso: 12 dez. 2017.

DUARTE, Kamilla Alves. Serviço social e questão agrária: apontamentos acerca da questão social no campo brasileiro. **Temporallis**, n. 30, p. 307-333, jul./dez. 2015.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. et al. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3. ed. São Paulo-SP: Cortez, 2011.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Sociedade civil e democracia**: um debate necessário. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Criminalização das classes subalternas no espaço urbano e ações profissionais do Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, n. 128, p. 104-122, jan./abr. 2017.

FARIAS, Arethusa Eire Moreira de. **Os incomodados que resistem**: Contradições e Territorialidades Camponesas no Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa na Paraíba, 2010, 120f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB, 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: STEDELI, João Pedro. (Org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate na década de 2000. São Paulo-SP: Expressão Popular, 2013, p. 173- 237.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Quarto séculos de latifúndio – 1963. In: STEDELI (Org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate tradicional: 1500-1960. 2. ed. São Paulo-SP: Expressão Popular, 2011, p. 35-77.

GUIMARÃES, Maria Clariça Ribeiro. **Nosso sonho não faz silêncio**: os desafios do movimento estudantil de serviço social. 2011. 110f. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró – RN, 2011.

GUIMARÃES, Maria Clariça Ribeiro. **Os movimentos sociais e organização popular na cidade contemporânea**. Curitiba-PR: CRV, 2016.

IASI, Mauro Luis. **As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. **Processo de consciência**. São Paulo-SP: CPV, 1999.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **História da Reforma Agrária**. 2010. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/reformaagrariahistoria/>>. Acesso em: 03. Fev. 2018.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MARCA MUNDIAL DAS MULHERES (MMM). **O golpismo e a luta das mulheres contra a política patriarcal**. 2016. Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/2016/04/19/o-golpismo-e-a-luta-das-mulheres-contra-a-politica-patriarcal/>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 32. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MORAIS Clodomir Santos de. A história das Ligas Camponesas do Brasil (1969). In: STEDELI, João Pedro. (Org). **A questão agrária no Brasil: história e natureza das ligas camponesas – 1954 – 1964**. 2. ed. São Paulo-SP: Expressão Popular, 2012, p. 21- 76.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPANESES (MMC). **A violência contra a mulher do campo e na floresta**. 2014. Disponível em: <<http://www.mmcbrazil.com.br/site/materiais/download/folder-violencia-contra-mulher-2014.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2018.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA (MST). **O Setor de Gênero do MST**. 2010. Disponível em: <<http://base.d-p-h.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-8247.html>>. Acesso em: 23 jan. 2018.

_____. **Em manifesto, o MST denuncia a criminalização e a violência no campo**. 2017. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2017/05/06/em-manifesto-mst-denuncia-a-criminalizacao-e-a-violencia-no-campo.html>>. Acesso em: 23 fev. 2018.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Mulheres na Reforma Agrária a experiência recente no Brasil**. In: LOPES, L. Adriana; BUTTO, Andrea. (Orgs). Brasília: 2008. p. 240.

NETO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. 5. ed. São Paulo – SP: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método na teoria social. In: CFESS; ABEPSS. (Orgs). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 667-700.

____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64.** 16. ed. São Paulo- SP: Cortez, 2011.

PEREIRA, Potyara A. P. Estado, Sociedade e Esfera Pública. In: CFESS; ABEPSS. (Orgs.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 285-300.

QUEIROZ, Fernanda Marques. **Não se rima amor e dor: representações sociais sobre a violência conjugal.** 2004. 276f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, 2004.

RAGALA, Raisia Maria De Sousa. **Conquistar a terra não é suficiente: uso de agrotóxicos pela empresa Santana e a luta dos assentados do Nova Vida I pela vida na terra.** 2014. 70f. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB, 2014.

RAMOS, Sâmya Rodrigues. A construção de projetos coletivos: refletindo aspectos do projeto profissional do Serviço Social. **Temporalis**, v. 5, p. 81-94, 2002.

RUA, Maria das Graças; ABRAMOVEY, Miriam. **Companheiras de luta ou “coordenadoras de painéis?”: as relações de gêneros nos assentamentos rurais.** Brasília: UNESCO, 2000.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987.

____. **Empregadas domésticas e capitalismo.** Rio de Janeiro: Avenir Limitada, 1979.

SAFFIOTI, Heleieth; FERRANTE, V. L. S. B. A mulher e as contradições do capitalismo agrário. **Perspectivas**, v. 6, p. 67- 75, 1983.

SANTIAGO, Giuliano Queiroz. A Política Nacional de Reforma Agrária em Tempos Neoliberais. In: Congresso Nacional de Assistentes Social, 15, 2016, Olinda-PE. **Anais...** Olinda-PE: CBAS, 2016.

SANTOS, Josiane Soares. **Questão social: particularidades no Brasil.** São Paulo-SP: Cortez, 2012.

SANTOS, Michela Katiúscia Calaça Alves dos. **Rompendo a cerca do isolamento: as relações entre a Agroecologia e questões de gênero.** 2012. 185f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife – PE, 2012.

SILIPRANDI, Emma Cademartori. **Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar.** 2009. 291f. Tese (Doutorado em desenvolvimento sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília- DF, 2009.

SIMIONATTO, Ivete. Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana. **Revista Katál**, v. 12, n.1. p. 41-49, jan./jun. 2009.

SOBREIRA, Dayane Nascimento. **A cunhã Coletivo Feminista: subjetividade, história e feminismo na Paraíba (1990 – 2015)**. 2017. 123f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Joao Pessoa, 2017.

STEDILE, João Pedro. Introdução. In:_. (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional: 1500-1960**. 2. ed. São Paulo-SP: Expressão Popular, 2011, p. 15-31.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG). **Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social Campus – Sousa**. Sousa: UFCG, 2013.

VIA CAMPESINA BRASIL. **A ofensiva da direita para criminalizar os movimentos sociais no Brasil**. In: Fórum Social Mundial. Porto Alegre – Salvador, 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS UNIDADE ACADÊMICA DE DIREITO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

ESCLARECIMENTO

Convidamos você, por meio deste documento a participar da pesquisa AS MULHERES E AS CERCAS: a divisão sexual do trabalho e da Política no assentamento Nova Vida I. Temos como objetivo analisar o processo da divisão sexual do trabalho dentro do Assentamento Nova Vida I, investigando como se estabelece as relações de poder e dominação e como essas se materializam na vida da mulher do campo. A pesquisa tem como orientadora a Ms. Maria Clariça Ribeiro Guimarães, professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande.

Os riscos que podem decorrer para as participantes da pesquisa são mínimos. As pesquisadoras responsáveis estão comprometidas em armazenar sigilosamente todos os dados obtidos, utilizando-os apenas para fins científicos de análise da realidade social, sem dar margem para pensamentos preconceituosos nem estigmatizantes. Não explicitaremos a identidade das informantes. Para assegurar o sigilo e a segurança, utilizaremos pseudônimos ao nos referirmos às mesmas nos nossos relatos de pesquisa. As gravações e os formulários serão guardados em local sigiloso e seguro, em arquivos digitais e impressos. Não reconhecemos outros riscos.

Os benefícios da pesquisa para as entrevistadas são considerados diretos, pois contribuirá na capacidade organizativa das mulheres que estão inseridas nas associações comunitárias, equipes locais e no processo de trabalho, por fim, instigará mulheres e homens a se reconhecerem enquanto tal, numa relação que rompa as cercas do patriarcado, do machismo e da opressão sobre a mulher camponesa.

Sua participação é importante porque suas respostas às nossas perguntas contribuirão com essa análise, viabilizando como se estabelece as relações de gênero no campo e o lugar da mulher trabalhadora. Para isso, pedimos seu consentimento para realizar algumas perguntas sobre sua participação e de outras mulheres na luta pela terra e no processo de construção e desenvolvimento do assentamento rural Nova Vida I.

Se você decidir participar, você será submetida ao procedimento de **entrevista** nos fornecendo informações importantes sobre as experiências do cotidiano da mulher assentada. Sua participação é completamente voluntária, de modo que você tem liberdade para desistir, retirando seu consentimento em qualquer momento da pesquisa, não tendo com isso prejuízo ou penalidade. Se sentir-se constrangida de alguma forma, em qualquer momento poderá se

recusar a responder a alguma pergunta ou solicitar a suspensão parcial ou total da gravação por nós realizada. Obedeceremos critérios técnicos adequados de forma a não prejudicar a qualidade e autenticidade das informações, utilizando a técnica de análise de conteúdo. Armazenaremos as transcrições em meio digital. Garantimos que serão mantidos sigilo e respeito, ou seja, o seu nome ou qualquer dado que possa identificá-la não serão expostos nesse trabalho.

Se você tiver algum gasto financeiro comprovado decorrente da sua participação na pesquisa, você será ressarcido(a).

Se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você terá direito a indenização. Disponibilizaremos uma cópia deste Termo e as dúvidas que surgirem a respeito desta pesquisa, poderá perguntar diretamente para Cosma Caldas de Figueiredo, no endereço eletrônico: ir.cosmacaldas@hotmail.com ou pelo telefone: (83) 98214-9780.

CONSENTIMENTO APÓS O ESCLARECIMENTO

Eu, _____, declaro que estou ciente dos objetivos dessa pesquisa e de ter compreendido as informações dadas pela pesquisadora, e por livre e espontânea vontade, aceito participar da pesquisa intitulada AS MULHERES E AS CERCAS: a divisão sexual do trabalho no Assentamento Nova Vida I. Permito que as informações que prestei sejam utilizadas para o desenvolvimento da mesma.

Sousa, _____ de _____ de _____

ASSINATURA E DIGITAL

Cosma Caldas de Figueiredo
Pesquisadora responsável

APÊNDICE B - ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
UNIDADE ACADÊMICA DE DIREITO
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

I IDENTIFICAÇÃO

1) Nome _____

2) Idade: _____

3) Estado Civil:

a) Solteira ()

d) Divorciada ()

b) Casada ()

e) Viúva ()

c) Separada ()

f) Outras ()

4) Tem filhos/as: a) Sim () b) Não ()

5) Qual o município/ cidade de origem? _____

II DADOS REFERENTES AO OBJETO DE ESTUDO

1. Há quanto tempo você participa da luta no assentamento Nova Vida I?

2. O que te motivou a participar da luta? Quais foram as reais razões?

3. Como se deu a participação das mulheres no processo de luta, construção e desenvolvimento do assentamento Nova Vida I?

4. Essa participação permanece atualmente? Como as mulheres se organizam dentro do assentamento?

5. Quais as principais barreiras para o ingresso da mulher na luta pela terra, especialmente nas coordenações, associações e etc.?

6. Em sua opinião como se dá a reforma agrária na Paraíba e na particularidade do Alto Sertão Paraibano?

7. Como acontece a divisão do trabalho e da política no assentamento (trabalho feminino e o trabalho masculino)? Como você vê a mulher nessa divisão? Há ralação de poder sobre ela?

8. Que cercas encurralam as mulheres no processo de luta cotidiana no assentamento Nova Vida I?